



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

----- **MANDATO 2021/2025 - ATA Nº 28** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

DATA: Dezanove de setembro de dois mil e vinte e quatro -----

LOCAL: Sala de Sessões da Assembleia Municipal -----

INÍCIO: Vinte e uma horas e oito minutos -----

ENCERRAMENTO: Zero horas e vinte e um minutos do dia vinte -----

PRESIDIU: Maria Clara Soares Reis Almeida Bastos -----

1º SECRETÁRIO: Pedro Miguel Resende Fernandes -----

2ª SECRETÁRIA: Lília Cristina Soares Laranjeira -----

----- **PRESENCAS** -----

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

PARTIDO SOCIALISTA (PS): -----

Maria Clara Soares Reis Almeida Bastos, Leonardo Silva Martins, Pedro Miguel Resende Fernandes, José Augusto Alves, Susana Mª R. Santos Lima, André Rodrigues, Ana Raquel Pinho, Pedro Emanuel C. Santos, Mónica Mª M. Bastos Coutinho, Miguel Pinheiro e, Artur Nunes (Junta de Freguesia). -----

COLIGAÇÃO A MELHOR CIDADE DO PAÍS (MCP): -----

Maria de Fátima Silva Santos, Gonçalo Resende Fernandes, Lília Cristina Soares Laranjeira, Cláudia Soares Santos, Pedro Gual, Manuel Alcino G. S. Pinho e, João Paulo Lopes Oliveira Soares. -----

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA (CDU): -----

Rita Mendes -----

BLOCO DE ESQUERDA (BE): -----

Eva Mª Braga da Silva -----

----- **CÂMARA MUNICIPAL** -----

PRESIDENTE - Jorge Manuel Rodrigues Vultos Sequeira -----

VEREADORES - Irene Mª Silva Guimarães (PS), Paula Margarida Pire Gaio Kulzer (PS), Dulce Santos (MCP), José Nuno Lopes Dias Vieira (PS) e, Paulo Barreira (MCP). -----

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1 - Período de Intervenção do Público**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**2 - Período de Antes da Ordem do Dia**

**3 - Período da Ordem do Dia**

**3.1- Aprovação da Ata nº 27, de 27.06.2024 (Mandato 2021-2025);**

**3.2- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adenda ao Protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia – Programa Oficina do Idoso";**

**3.3- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Certificação Legal das Contas do Município de S. João da Madeira – Nomeação de Auditor Externo – biénio 2024-2025";**

**3.4- Apreciação e votação da proposta apresentada pelo Partido Socialista sobre "Recomendação para a criação de uma nova Área de Reabilitação Urbana";**

**3.5- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da Estrutura Orgânica Interna da Organização dos Serviços do Município";**

**3.6- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Assunção de compromissos plurianuais e conseqüente repartição de encargos – prestação de serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do ecocentro no Município de S. João da Madeira";**

**3.7- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Assunção de compromissos plurianuais e conseqüente repartição de encargos – Empreitada Centro de Saúde – requalificação (eficiência energética) ";**

**3.8- Apreciação e votação da Proposta sobre "Projeto de Dissolução e Liquidação da "PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria EIM";**

**3.9- Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----**

--- Dando início à Sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Clara Soares Reis Almeida Bastos, saudou todos os presentes. -----

--- Analisados e discutidos os pontos constantes desta Ordem de Trabalhos, seguiram-se as respetivas deliberações, as quais determinaram o seguinte resultado: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

### ----- PUNTO 1 -----

#### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- **ANA COUTO** - No uso palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Sou uma cidadã sanjoanense, sou voluntária de rua da causa animal e moro na Avª do Brasil. Vou falar sobre: Património Herbóreo da Cidade; Voluntariado; Causa Animal: Património Herbóreo. Na nossa Cidade, atualmente, vivem maioritariamente árvores de folha caduca. Devido à ausência de podas, com exceção das árvores existentes nas principais avenidas, as árvores apresentam copas enormes que tapam a iluminação pública tornando as ruas escuras e a sinalética, especialmente de trânsito; tocam nas viaturas estacionadas nas bermas das estradas; impedem a entrada da luz solar nas residências dos cidadãos; dificultam o trabalho dos camiões da recolha do lixo, principalmente dos ecopontos; dificultam o trânsito de camiões e de autocarros. Pergunto hoje, como perguntei na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril, para quando podas corretas e adaptadas às árvores da nossa Cidade? E porque estamos no outono e já começa a queda de ramos e folhas secas, pergunto, quando vão ser limpas as sargetas, a correta limpeza e varredura dos passeios e ruas, para se evitar inundações e quedas de cidadãos derivado às milhares de folhas caídas? Pergunto também: existem terrenos municipais e privados não limpos de mato, pergunto, quando vão ser limpos? A Avª de Casaldelo e a rua 16 de Maio são exemplos disso. Voluntariado - no passado dia 03 do corrente mês, a nossa Cidade recebeu 34 jovens voluntários que realizaram a sua ação de voluntariado na Causa Animal Urbana de S. João da Madeira. Agradeço aos jovens voluntários, à cuidadora de gatos urbanos envolvida nesta ação, aos Ecos Urbanos, à Pista Mágica e a Academia Metropolitana de Voluntariado. Lamento a ausência e indiferença do Município que se diz amigo dos animais. A senhora Vereadora fez a receção dos voluntários na reunião da Câmara Municipal, mas apenas comunicou a sua satisfação na entrega de 2 diplomas a 2 voluntárias sanjoanenses, omitindo a ação de voluntariado realizada na Cidade. Na minha opinião, o voluntariado é muito mais que a frivolidade de um simples papel. Foi perdida uma boa oportunidade de dar a conhecer a Causa Animal Urbana do Concelho, lamentável! Causa Animal - venho aqui hoje, mais uma vez, pedir esterilizações para os gatos que cuida e protejo em 10 colónias. Gostaria que refletissem comigo, espero não ofender ninguém, mas tenho 3 gatas para esterilizar numa colónia e peço para serem esterilizadas. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

senhor Presidente da Câmara Municipal não se interessou, disse-me que as esterilizações estavam a decorrer, que implicavam dinheiros públicos e não permitiu estas 3 esterilizações. Agora, temos 15 gatos para esterilizar! Quem está a pensar correto sobre os dinheiros públicos? Eu que pedi 3 esterilizações ou o senhor Presidente da Câmara Municipal que agora tem 15 gatos para esterilizar? Quando pergunto à veterinária municipal sobre a possibilidade de esterilizar gatos das minhas colónias, a resposta é sempre a mesma "não existem vagas, são esterilizados 4 gatos por semana e que a prioridade é para as grávidas". Como se não existissem gatas grávidas nas colónias que cuido! 4 gatos por semana x 52 semanas, tirando o mês de férias -  $48 \times 4 = 192$  esterilizações. É insuficiente, no final do ano teremos 3 vezes mais gatos. Eu necessito de 60 esterilizações, correndo o risco de ter 3 vezes mais gatos daqui a algumas semanas. Necessitamos de esterilizações com urgência nas clínicas da Cidade, pois o preço praticado pela TermasVet - Consultório Veterinário, no futuro, será corroído e insignificante pela quantidade de esterilizações necessárias. -----

--- **EMÍLIA SILVA** - No uso palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----  
--- Peço desculpa pela minha informalidade, sou professora e incito os meus alunos à cidadania ativa. Vim aqui tentar dar o exemplo. Moro na Av<sup>a</sup> Eng<sup>o</sup> Arantes e Oliveira e o assunto que aqui me traz é de enorme indignação por aquilo que se passou este verão na minha rua. No dia a seguir às eleições, inauguraram os novos parquímetros e, desde então, tem havido aquilo que eu considero "uma caça à multa", que este verão foi particularmente acentuada. Tínhamos permanentemente 2 pessoas a multar os carros e a verificar se já tinha passado 1 minuto para multarem. Eu própria fui multada porque parei o carro, só demorei 5 minutos para ir ao condomínio e, quando voltei, já tinha multa no carro. Fiquei indignada, porque uma coisa é termos o carro parado há algum tempo, mas foram só 5 minutos! Eu vi muita coisa, porque vivo no 3<sup>o</sup> andar. Pergunto, o que é que se pretende para S. João da Madeira, para o mercado municipal, para as lojas de rua e para os moradores? Paramos por uns minutos para fazer um pequeno recado, levar um filho, etc. e somos logo multados! A minha sugestão é que se faça, por exemplo como no Porto, que se criem lugares para os residentes. Falo, particularmente, da rua onde vivo, porque quando há torneios e a piscina está aberta nós não temos onde estacionar! -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Quero agradecer as intervenções e, começando pela munícipe Ana Couto, informo que as podas são definidas, tecnicamente, por equipas que têm conhecimento na matéria, de acordo com as espécies, necessidades e com o estado fitossanitário das árvores. Há podas corretivas e de segurança, a Câmara Municipal contrata, periodicamente, entidades com conhecimento na matéria, que avaliam as árvores e definem o tipo de poda a fazer. As árvores com copa grande, se forem podadas, correm o risco de morrer. Mas eu não domino esta matéria, a Câmara Municipal faz o que tem de fazer, que é confiar a gestão desta matéria a peritos. Tem-se feito um grande investimento nesta área, como é público e notório, basta sair deste edifício e olhar para o separador central da Av<sup>a</sup> da Liberdade. Abatemos e substituímos muitas espécies arbóreas recentemente, tal como fizemos em muitos pontos da Cidade. Ainda está em curso uma avaliação global das espécies florestais e a georreferenciação das nossas árvores. Somos uma das poucas câmaras municipais que comprou equipamento especializado para melhor avaliar o estado fitossanitário das árvores. Se tiver alguma dúvida concreta que nos queira indicar, nós podemos depois responder mais detalhadamente. Sobre a limpeza das folhas que caem no outono, eu aproveito aqui para repetir, mais uma vez, que essas folhas não são lixo nem resíduos. É a natureza a funcionar e ainda bem que temos muito árvores. Umhas de folha perene e outras de folha caduca que, como o próprio nome indica, caem. Mas temos de conviver com isso, posso-lhe garantir que sempre que esses fenómenos acontecem, há equipas na rua a avaliar os sistemas de águas pluviais e a fazer atuações preventivas. Temos tido em algumas ruas inundações, ocorreram em momentos de precipitação muito elevada e em que o diâmetro das condutas não é suficiente para acomodar o caudal de água que, num curto espaço de tempo, ocorre por via dessa precipitação. Relativamente ao voluntariado, eu aproveito para lhe apresentar a Vereadora Paula Gaio que está aqui. É Vereadora desta Câmara Municipal desde 2017, representa a Câmara Municipal e esteve presente nessa iniciativa. Porventura, os seus olhos não se cruzaram com os dela. Essa iniciativa aconteceu, também, por vontade da Câmara Municipal, porque o que vem da Área Metropolitana não vem de Marte nem de outro planeta. Nós somos da Área Metropolitana e decidimos o que acontece em S. João da Madeira! Portanto, estou a colaborar consigo, no sentido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

de poder retificar a sua intervenção e agradecer também à Câmara Municipal, no âmbito da lista de entidades a que agradeceu. Quanto à Causa Animal, já muitas vezes dei aqui os dados das esterilizações que fazemos no canil intermunicipal. É um tema muito debatido e todos conhecem a política que é desenvolvida a este respeito. Relativamente à intervenção da munícipe Emília Silva, informo que existe um sistema para residentes que não têm garagem e que podem usar um cartão que isenta o pagamento do estacionamento. Este sistema já está em vigor muito antes deste Regulamento e apenas beneficia moradores que não têm garagem. Para os moradores que têm garagem isso não é possível. O espaço público para estacionamento aqui, como em qualquer outra cidade, é limitado e, portanto, é muito procurado e disputado por várias pessoas. Acontecia que, em muitas ruas, as pessoas estacionavam de manhã e o carro ficava até ao fim do dia e todos os outros potenciais utilizadores ficavam impedidos de usar esse espaço público. O pagamento visa facultar uma melhor e mais disputada concorrência para a utilização do espaço público. É este o sistema de pensamento em todos os países onde há estacionamento pago à superfície. Hoje há mais facilidade de estacionar no centro da Cidade e há mais procura para os estabelecimentos comerciais. Alguns comerciantes até já testemunharam isso à imprensa local. Com a concessão, passou a existir uma fiscalização, temos recebido muitos relatos semelhantes ao seu e temos dito à empresa que tem que haver alguma tolerância para estacionamentos de curta duração. Mas o fiscal não sabe há quanto tempo o carro se já encontra no local, verifica que não tem o pagamento efetuado no sistema ou por via manual, aguarda uns momentos e, se não vir movimentação em redor do carro, tem de cumprir com o seu dever de fiscalização. Nós temos sensibilizado a empresa para este tipo de situações, mas o sistema que foi aprovado nesta Assembleia Municipal tem esta filosofia. Para quem tem mais do que um carro e tenha só um lugar de garagem, há a possibilidade de no início da manhã e no fim do dia, ter 1/2 hora de estacionamento através de um cartão gratuito, sobre o horário de início e fim do estacionamento. Para essas situações, o Regulamento estabeleceu esta vantagem, fora deste quadro, o sistema é este. Sobre o caso concreto não me posso pronunciar, mas quem entender que tem fundamento jurídico para impugnar a multa, pode fazê-lo. Depois, é apreciado o trabalho dos fiscais que está sujeito a um controlo, porque os cidadãos que não se conformem com a multa têm o direito de reclamar, nos termos da lei, depois é apreciada por um jurista da Câmara Municipal que dará um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

parecer. -----

----- PUNTO 2 -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- **EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- **Voto de Louvor aos Bombeiros do Concelho** "Os últimos dias voltam a mostrar um cenário dramático de um País a arder. Nestes dias, estão mobilizados milhares de Bombeiros Voluntários de todo o País que, com coragem, combatem os terríveis fogos que o consomem, com especial incidência a norte. Os Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira têm estado diariamente e incansavelmente nesta luta contra os fogos. Até este momento, encontram-se mobilizados 16 Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira que combatem fogos em diferentes localidades do distrito de Aveiro que está a ser particularmente fustigado pelo fogo. São esses bombeiros que impedem, com coragem e determinação, que estes incêndios tomem outras proporções. Pelo inestimável trabalho desempenhado pelos bombeiros e pelo reconhecimento que todo o País lhes deve, a Assembleia Municipal reunida a 19 de setembro de 2024, delibera, aprovar um Voto de Louvor aos Bombeiros, em particular aos do nosso Concelho, pela sua coragem, empenho e trabalho no combate aos incêndios." -----

--- **RITA MENDES / CDU** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- **Voto de Pesar e Solidariedade** "Os incêndios dos últimos dias têm devastado importantes áreas de norte a sul do País. Destruíram milhares de hectares de florestas e matos, atingiram dezenas de habitações, provocaram avultados prejuízos em explorações agrícolas, atingindo de forma prolongada os seus rendimentos, bem como em empresas e infraestruturas públicas. O País vive uma situação muito difícil provocada pela violência da catástrofe e, sobretudo, pelas vidas perdidas dos cidadãos que pereceram vítimas dos incêndios. A catástrofe fica marcada por uma dor imensurável que obriga à imediata solidariedade para com as vítimas e à gratidão para com todos os operacionais que no terreno combateram esta calamidade. Todas as vítimas desta tragédia ficarão na nossa memória pela dimensão do seu sofrimento. Os riscos ainda permanecem e é tempo de luta até que as populações se possam sentir seguras e ter esperança no seu futuro. Entre os combatentes dos incêndios, estiveram membros dos Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira. É-lhes devido, em nome da nossa Cidade, uma justa palavra de homenagem. A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

*Assembleia Municipal de S. João da Madeira reunida a 19 de setembro de 2024, partilhando esta dor de luto nacional, delibera: aprovar um profundo Voto de Pesar aos familiares e amigos de todas as vítimas mortais e, nos casos em que as vítimas são Bombeiros, alargar esse voto às corporações de que fazem parte; expressar a todos os feridos sobreviventes o desejo de rápida recuperação; agradecer a todos os Bombeiros e outros operacionais que combatem os incêndios o seu incansável esforço; solidarizar-se com os Autarcas das Freguesias e dos Municípios atingidos."* -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse:

--- O PS associa-se aos 2 Votos que acabaram de ser apresentados. É tempo de tragédia e vemos a sociedade civil a associar-se e a mobilizar-se com vista a apoiar os nossos bombeiros. Queria deixar o repto para que o façam durante todo o ano, por exemplo, tornando-se associados, neste caso, da nossa Associação Humanitária, que é também uma forma de ajudar, pois não nos devemos apenas lembrar nestas alturas, obviamente, que é também necessário saudar todas as iniciativas da sociedade civil. **Voto de Congratulação** "O Agente Principal do Comando Distrital de Aveiro da Polícia de Segurança Pública (PSP), mais concretamente da Esquadra de S. João da Madeira, **José António Pereira Rodrigues**, popular e carinhosamente conhecido por "Tonecas", esteve destacado para acompanhar os Jogos Paralímpicos Paris 2024, em França. Ao patrulhar as ruas da capital francesa durante um dos maiores eventos desportivos internacionais, que reúne mais de 4.000 atletas paralímpicos de todo o mundo, o agente Rodrigues deu, certamente, o seu contributo com simpatia e empatia, para que o evento decorresse sem perturbações maiores. Não fosse só por si este acontecimento relevante, o facto de ter sido um dos dois agentes do Comando Distrital de Aveiro da PSP selecionados para esta missão releva, ainda mais, o feito que consideramos referir por se entender um acontecimento relevante na vida de S. João da Madeira. Mesmo não tendo nascido sanjoanense, é hoje uma das pessoas mais carismáticas e consensuais do Concelho, no exercício das suas funções profissionais, não esquecendo a sua participação cívica, por exemplo, na organização de eventos desportivos. Pelas razões anteriormente mencionadas, cumprindo a esta Assembleia Municipal evidenciar aqueles que se destacam na vida da Cidade, o PS propõe a emissão de um Voto de Congratulação ao agente José António Pereira Rodrigues com fundamento no Regimento atualmente em vigor". -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **PEDRO FERNANDES / PS** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: --

--- **Voto de Pesar** - *"Natural de S. João da Madeira, **Fernando Valente da Silva Mota**, ingressou na Ordem Franciscana, com 30 anos, no início dos anos 80 do século passado, vindo a fazer a sua primeira profissão religiosa no dia 4 de outubro de 1983. Professou solenemente a 19 de outubro de 1986 e foi ordenado sacerdote a 1 de julho de 1990. Considerado pela Ordem dos Frades Menores como "um irmão dedicado à Província e aos seus confrades", o sacerdote dedicava-se à sua missão religiosa "com a mesma simplicidade que caracterizava a sua pessoa e forma de estar". Estas reações ao desaparecimento inesperado do sacerdote sanjoanense são demonstrativas da forma como prestigiou a sua Cidade natal, com a qual manteve sempre ligação e onde, ainda em junho do ano transato, celebrou missa nas festas em honra de S. João Batista. Pelas razões anteriormente mencionadas, propõe-se: A emissão de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 4 de setembro, de frei Fernando Valente da Silva Mota, ministro provincial dos Franciscanos da Ordem dos Frades Menores de Portugal, endereçando sentidas condolências à família, amigos e à Ordem dos Frades Menores Franciscanos, enaltecendo a forma como honrou S. João da Madeira ao longo de uma vida de dedicação aos mais desfavorecidos; missão assumida com particular ênfase pelos discípulos de São Francisco de Assis. Com fundamento na alínea b) do nº 2 do artigo 22º, articulado com a alínea d) do nº 1 do artigo 68º do Regimento em vigor."*

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- A bancada da MCP associa-se aos Votos de Louvor e de Pesar apresentados pelo PS. **Voto de Pesar** "Faleceu no passado dia 1 de setembro, aos 88 anos, o **Comendador Domingos Neto**. Ilustre empresário sanjoanense, Domingos Neto fundou há 67 anos, juntamente com o seu irmão Augusto Neto, a empresa Netos & Carneiro, tendo dedicado toda a sua vida ao calçado. Nome incontornável na indústria, Domingos Neto exerceu funções de liderança na Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS) durante mais de três décadas e, entre 1994 e 2020, no Centro Tecnológico do Calçado de Portugal. Reconhecido como um líder de carácter excepcional, generoso e solidário, Domingos Neto contribuiu de forma notável para a inovação e crescimento da indústria de calçado em Portugal, bem como para o seu reconhecimento a nível internacional. Em 2014, foi agraciado pelo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

*Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, com o grau de Comendador da Ordem de Mérito Empresarial, Classe do Mérito Industrial, pelo seu valioso contributo em prol da economia nacional. Em 2017, foi galardoado com a Medalha de Mérito Municipal. Neste momento de luto, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Comendador Domingos Neto, reconhecendo a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento económico e industrial da nossa Cidade. À sua família, amigos e colaboradores, dirigimos as nossas mais sentidas condolências. **Voto de Louvor** "A Assembleia Municipal de S. João da Madeira, reunida em sessão Ordinária, expressa o seu Voto de Louvor aos **Bombeiros de Portugal** e, em particular, aos **Bombeiros Sanjoanenses**, pela sua extraordinária entrega, coragem e disponibilidade no combate aos fogos florestais que têm assolado a nossa região. Num contexto de grandes dificuldades e condições adversas, os bombeiros têm demonstrado um compromisso incansável na proteção das nossas florestas, das nossas comunidades e da vida humana. O esforço, a resiliência e o profissionalismo dos Bombeiros Voluntários e também os profissionais, são uma inspiração e um exemplo de serviço à sociedade, destacando-se pela prontidão com que enfrentam perigos extremos em defesa de todos nós. Reconhecendo a importância fundamental do trabalho realizado por estes homens e mulheres, expressamos o nosso mais profundo agradecimento e louvor, realçando o impacto vital que o seu trabalho tem na preservação do território e na segurança das nossas populações. -----*

**DELIBERAÇÃO: Todos os Votos foram aprovados por unanimidade. -----**

--- **EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra, disse: -----

--- Há um novo desporto municipal em S. João da Madeira, é o da caça à multazinha do estacionamento. Parece que é uma prática cada vez mais recorrente. É exatamente como foi dito pela munícipe Emília Silva na sua intervenção "esperar que passe 1/2 minutos da hora e zás, multa no para-brisas". Toda a Cidade se queixa do mesmo, para além dos parquímetros que invadiram ruas onde antes não existiam. A caça à multa, que tão caro está a sair a muitas(os) sanjoanenses é a consequência da entrega da gestão do estacionamento a uma empresa privada. A empresa quer faturar o máximo possível e lucro rápido, por isso multa. Já quanto à Câmara Municipal, ainda estamos por perceber porque decidiu entregar a gestão do estacionamento, isto é, do espaço público a uma empresa, dando-lhe ainda em troca mais lugares de estacionamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

pago para explorar. Esta caça à multa é, simplesmente, o privado a comportar-se como privado, uma empresa a tirar o máximo de faturação de uma situação. Para os mais prosaicos, é o mercado a funcionar. O que espanta é que o poder público, ou seja, a Câmara Municipal, decida concessionar as suas responsabilidades da gestão do espaço público a privados e, depois, institua a caça à multa como desporto municipal. Também espanta que o PSD só agora se aperceba que, tudo aquilo que sempre defendeu, não passa disto, de uma caça aos bolsos dos sanjoanenses. O partido que queria a privatização do estacionamento, que votou a favor disso e que só fala da virtuosidade da gestão privada, teve um choque com a realidade e percebeu, afinal, que tudo isso é contrário ao interesse da população. Senhoras e senhores Deputados, neste caso da caça à multa no estacionamento, os problemas de fundo são dois: **1º**- a concessão a privados de uma competência que deve ser pública e a gestão do espaço público; **2º**- o estacionamento é tão importante em S. João da Madeira e, por isso, as empresas têm como objetivo privatizá-lo em, cada vez, mais ruas. Os cidadãos estão, cada vez mais, nas mãos dos caçadores de multas, porque não existem transportes públicos em condições para que as pessoas possam fazer as suas deslocações na Cidade sem precisar de pegar no seu carro. O BE não se cansa de dizer que S. João da Madeira deve ter transportes públicos de qualidade, tanto dentro da Cidade, assim como na mobilidade para fora da Cidade. A Câmara Municipal continua a não refazer as rotas do Transporte Urbano (TUS). Enfim, dá a entender que o facto de o transporte urbano ser gratuito já foi grande medida do PS e por ali se ficam. Não é de todo suficiente. Não temos transporte público digno dentro da Cidade, nem da Cidade para fora, seja ele o autocarro ou o comboio. Por isso, aquilo a que os habitantes da Cidade são obrigados a fazer por esta Câmara Municipal, é usar massivamente e para tudo, para as mais pequenas deslocações dentro do espaço urbano e também fora, o transporte individual, o automóvel. E ficar sujeitos às multas das empresas privadas. Mais importante do que andar a fazer de conta que se está indignado com as multas ou com outra situação qualquer, o importante é responder sobre estes problemas de fundo. E saber se os partidos pretendem, mesmo, mudar alguma coisa, ou se alguns só pretendem instrumentalizar a indignação da população e deixar tudo na mesma? Sobre a exploração privada do estacionamento em S. João da Madeira, o que vão fazer? Vão recuar nesta medida que já provou ser lesiva da população? PS e PSD, os grandes defensores da medida, vão abandonar esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

ideia de colocar privados a cobrar-nos, cada vez mais, e a multar-nos, cada vez mais, para estacionarmos na nossa Cidade? E sobre a mobilidade na Cidade? Vamos finalmente ter uma rede de transportes públicos, na e para a Cidade, digna desse nome? Quando se criarão mais linhas do TUS? Quando teremos o TUS a passar de 15 em 15 minutos nas paragens e a não demorar uma hora para fazer meia dúzia de quilómetros? Para o BE, estas medidas deveriam ser para implementar já amanhã: gestão pública do espaço que é público; reforço dos transportes públicos no Concelho. E o PS e PSD, vão continuar a dar brindes a privados e a potenciar a caça à multa?

--- **RAQUEL PINHO / PS** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Esta semana assistimos, mais uma vez, às fatídicas imagens que irrompem os noticiários todos os anos, mais ou menos por esta altura, sendo que desta vez pudemos, ainda, ver para lá de um ecrã de televisão e, tantas vezes, a partir das janelas das nossas casas, dado que os concelhos vizinhos foram fustigados pelas chamas. É preciso dizer basta! Basta de vermos incêndios varrerem as nossas florestas, destruírem as nossas casas e devastarem as nossas vidas! Mas mais importante, basta de permitir que isso continue, como se fosse algo inevitável, como se fosse um ciclo que estamos destinados a aceitar. Recuso-me a fazer parte de uma geração que vê o problema e não aprende. Que enfrenta a tragédia, mas não faz melhor. Exigimos tanto das nossas crianças, que vão à escola, que estudem, que alcancem a excelência no conhecimento. Exigimos que sejam responsáveis, que cresçam para se tornarem cidadãos exemplares. Mas, e nós adultos? Que exemplo lhes damos? Que provas oferecemos da nossa responsabilidade? Estamos a ensinar-lhes que devemos sucumbir, aceitar que a ganância, o lucro e a desordem valem mais do que toda a nossa moral e do que a vida que nos rodeia? Não podemos continuar assim. Não devemos continuar assim! Estamos a falhar às futuras gerações e às crianças! Mas também falhamos muito e, permitam-me usar uns minutos deste espaço para vos lembrar que falhamos muito com aqueles que não têm voz, os animais que, ano após ano, são as vítimas silenciosas e esquecidas destes incêndios. Eu pergunto a todos aqui, como é que podemos falar de progresso, de sociedade e de humanidade, se não somos capazes de proteger os mais vulneráveis? Quero dizer, hoje e aqui, que é urgente que os planos de emergência municipais incluam, de forma clara e eficaz, a evacuação de animais. Eles não podem continuar a ser esquecidos e a serem vistos como meros detalhes logísticos. São vidas, caramba! Quando falamos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

em salvar vidas, estamos a falar de todas as vidas! A nossa responsabilidade não acaba nos portões das nossas casas ou nos limites das nossas propriedades. Ela estende-se a todos os seres vivos que partilham este território connosco. E aqui, quero parabenizar e faço-o de coração cheio, os responsáveis pela gestão e orientação da evacuação levada a cabo na transata segunda-feira no Canil Intermunicipal. Foram evacuados 300 animais, foi um exemplo de compaixão, liderança e de responsabilidade. E estendo este elogio a todas as pessoas que, ao ouvir os apelos não ficaram indiferentes, que acorreram ao canil para trazer 1/2/3/4 animais para suas casas. Não se trata de mero histerismo em torno dos animais, como tantos tentam catalogar os seus protetores, tratou-se sim, de mostrar que podemos ser melhores. Que, mesmo num momento de crise, o espírito de comunidade, solidariedade e de amor ao próximo ainda prevalece. Caros concidadãos e concidadãs, isto não pode ser exceção, não pode ser uma reação de último minuto, este tipo de ação precisa de ser a norma. É urgente que os municípios, todos eles, adotem políticas claras, eficazes e vinculativas para a proteção de animais em situações de emergência. Não podemos mais ser coniventes com a falta de preparação, indiferença e com a ideia de que os incêndios são uma fatalidade inevitável. Basta de discursos vazios e de promessas adiadas. A natureza não espera, os incêndios não esperam. É preciso emergir à raiz do problema e não ter vergonha de dizer que *"os incêndios são um negócio em Portugal"*. Embora muitos incêndios resultem de negligência ou causas naturais, uma proporção significativa tem origem criminosa e vários setores podem beneficiar economicamente das consequências dos incêndios. Paremos de varrer para debaixo do tapete e deixemos de assobiar para o lado. Este é o momento de agirmos com determinação, de olharmos nos olhos das nossas crianças e mostrarmos que estamos à altura dos valores que lhes exigimos. Este é o momento de aprender, de melhorar e de proteger. O momento de sermos verdadeiramente humanos, no sentido mais nobre da palavra. Hoje, ao dizermos basta, que seja um basta definitivo de desleixo, de inércia e de falhas de organização. Precisamos de estar à altura deste desafio e de uma responsabilidade maior do que nós. Que a mão criminosa se sente toda no banco dos réus e arraste consigo os mandantes, os que não sujam as suas mãos, mas que as têm cobertas do sangue, da raiva e da impotência de todas as vítimas humanas, não-humanas e florestais. Por todos os que não têm voz e que dependem de nós, basta! Por falar em vítimas silenciosas, gostaria de trazer à tona mais um tema



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

profundamente doloroso, que afeta milhares de vidas dentro das paredes de tantas casas, na nossa Cidade, no nosso País e no nosso mundo, a violência doméstica. Em Portugal os números são alarmantes, no ano de 2024, registamos 14 mortos nos primeiros 6 meses, sendo: 11 mulheres; 2 crianças; 1 homem. Os agressores são, grosso modo, do género masculino. 12 destas vítimas faleceram às mãos de um homem. Queria aproveitar para dar os parabéns ao espaço AURORA pelos 4 anos de existência e lembrar todas as vítimas da nossa Cidade. Por favor, não tenham vergonha e peçam ajuda, este espaço existe aqui na Câmara Municipal para todos vós! –

--- **FÁTIMA SANTOS / MCP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: ----

--- Venho congratular o Executivo pelo rescaldo do evento "Gin and Street Food" que foi um sucesso que celebramos há 15 dias. Em boa hora este Executivo deu continuidade a este evento e condições para ele crescer. Estamos muito felizes com isso, acho que perante estes últimos acontecimentos, cada vez mais, é relevante criarmos momentos de celebração para que a Cidade possa ter esse sentimento de comemorar, que é tão importante na nossa vida. Na verdade, todos assistimos a este crescimento que nos orgulha e nos deixa felizes. Temos associado a este evento o investimento público e gostávamos de saber qual é o impacto deste evento na Cidade? Como em qualquer investimento e, em particular o público, ele deve ser medido e ter indicadores de resultados. Imagino que a Câmara Municipal já esteja a tratar desse tema, nós vimos aqui reforçar para que essa informação nos possa ser transmitida. Saber se há algum estudo/trabalho a ser preparado com alguma universidade ou indicadores parametrizados? Para saber se, de facto, a realização deste evento contribui para a riqueza do nosso território, se faz sentido aumentarmos o investimento e transformá-lo numa coisa ainda maior? -----

--- **ARTUR NUNES / JUNTA DE FREGUESIA** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- Estive nesta casa da democracia durante 20 anos, ausentei-me durante 3 anos e estou cá novamente. Estou noutras funções de autarca na nossa Junta de Freguesia, mas não deixei de acompanhar o exercício da Câmara Municipal em todas as vertentes e, em particular, na ação social e sublinho algumas medidas: preparação de medicação aos idosos e doentes que vivem sozinhos, em articulação com as farmácias; aquisição de medicação comparticipada, cerca de 300 idosos não pagam medicamentos na farmácia, sendo o custo assumido pela Autarquia. Não tenho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

a menor dúvida que este é o caminho certo, cuidar das pessoas que têm mais necessidades; mais de 10 mil consultas de dentista no Centro de Saúde desde 2019. Como utente, posso comprovar que é um bom serviço; 3 viaturas elétricas adquiridas para o serviço domiciliário do Centro de Saúde; unidade social de ocupação operacional para a saúde mental, em instalações cedidas pela Câmara Municipal à "Mentemovimento – Associação Pró-Saúde Mental de entre Douro e Vouga; mais de 300 crianças vacinadas, gratuitamente, contra o rotavírus, desde em 2018; programa de prevenção cardiovascular dirigida às crianças do pré-escolar e 1º ciclo; lanches saudáveis nas escolas; criação do Pelouro da Saúde na Câmara Municipal, medida implementada logo após as eleições autárquicas de 2017. A Junta de Freguesia tem também projetos sociais direcionadas aos sanjoanenses mais idosos: julho/agosto 2024 - transporte para a praia de 775 pessoas; 3 dias destinados ao passeio dos idosos e estão inscritos 900; passeio cultural com visita guiada aos museus, em outubro, o destino será Barcelos; frigorífico solidário; sopa solidária; fruta social; Oficina do Idoso. -----

--- **MARCO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse:

--- Duas notas que consideramos importantes: **1ª**- relativamente ao início do ano letivo, é significativo verificar o bom funcionamento deste ano. Recordar aquilo que víamos nas escolas, há bem pouco tempo, como as manifestações dos professores à porta das escolas. Isso trazia um sentimento e uma sensação de conflito e de instabilidade para os pais e encarregados de educação. Sabemos que os professores dão tudo, mesmo nessas condições, mas não estavam reunidas, de facto, as condições para um clima de paz e de tranquilidade. É de assinalar este ano letivo e eu, enquanto encarregado de educação, tenho uma ação também ativa na vida da escola e vou testemunhando este ambiente. Este ano foi, ligeiramente, diferente, verifico um sentimento de maior paz dentro da escola e isso é extremamente significativo para nós encarregados de educação. Poder perceber que este Governo toma medidas no sentido de apaziguar e dar condições à escola, para que os nossos filhos e os alunos tenham condições de aprendizagem significativa. Outra situação que se verifica, é que existe uma maior motivação e esperança relativamente à escola. São 2 sensações muito significativas de sublinhar, a paz e a esperança. Temos défice de professores e o futuro breve precisa que os nossos alunos queiram ser professores. A linha orientadora deste Governo vem assinalar e sublinhar isto, dando condições



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

para que voltemos a ter crianças a quererem ser professores; **2ª-** é mais negativa, é triste termos que iniciar o novo ano na Escola Básica e Secundária de S. João da Madeira, que continua com as placas de amianto, cada vez piores, com mais buracos e mais fissuras. Nós não conseguimos medir o impacto que isto poderá ter na saúde das crianças, dos docentes e discentes desta escola, ninguém tem essa capacidade, só o futuro poderá trazer essa avaliação. Se calhar, já não estaremos cá para podermos perceber o impacto que as nossas decisões, ou a falta delas, tiveram na vida destas pessoas. Nesta senda, gostaria de perguntar sobre o ponto da situação relativamente a esta escola. -----

--- **RITA MENDES / CDU** – No uso da palavra, disse: -----

--- No final da minha intervenção e, se possível, queria perceber a questão da alternância. -----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Faz parte do nosso Regimento darmos alternância aos diferentes partidos representados em função das inscrições verificadas. Como havia várias inscrições do PS e da MCP, fui intercalando, para que houvesse alternância. -----

--- **RITA MENDES / CDU** - No uso da palavra, disse: -----

--- Relativamente à limpeza urbana, notámos que nos tempos mais recentes se estão a verificar alguns aspetos de degradação na higiene da Cidade: é frequente vermos sacos do lixo junto dos contentores, mesmos que os mesmos não se encontrem cheios; caixas de cartão fora dos ecopontos, porque não cabem na portinhola e os seus donos não se acham obrigados a comprimir as mesmas para as poderem introduzir no ecoponto; monos abandonados nas ruas, por vezes, junto aos contentores, porque há munícipes que não se acham obrigados a proceder conforme aquilo que está estabelecido há 40 anos, e pior, julgam-se no direito de os abandonar no espaço público, sem ter que dizer nada a ninguém; lixo sólido e manchas de sujidade nos pavimentos, por vezes, por desleixo dos munícipes, mas muitas vezes por ineficácia dos serviços; restos de alimentos para cães, gatos, pombas, ratos, etc. Assim, fazemos 2 apelos à Câmara Municipal: **1º-** melhoria dos serviços; **2º-** campanhas de sensibilização que tenham impacto efetivo na motivação das pessoas, porque os serviços não funcionam bem se as pessoas não colaborarem. Acho que tem de haver aqui algum cuidado. Em relação à mobilidade pedonal, a CDU há muito





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

tempo que defende que a nossa Cidade necessita de um plano municipal de percursos pedonais. A nossa comunidade tem, cada vez mais, cidadãos idosos e com mobilidade reduzida. É necessário uma mobilidade mais ecológica e saudável que é, indubitavelmente, a deslocação a pé. Esta é uma ideia que surge, há várias décadas, nos programas eleitorais da CDU. A Câmara Municipal tem promovido, e bem, diversas melhorias nos passeios e noutros espaços pedonais. Porém, nós entendemos que é insuficiente. Por isso, apelamos para que se promova um plano mais detalhado e robusto, que vá no sentido de dotar o nosso território, a médio prazo, de passeios mais cómodos e, especialmente, mais seguros. Sobre a habitação, nós sempre entendemos que as autarquias não são as instituições determinantes no fomento e na resolução da questão da habitação social. Elas podem e devem desenvolver esforços e colaborar com o poder Central para que se alcance as melhores soluções possíveis. A CDU tem apoiado diversas decisões da Câmara Municipal em matéria de habitação social que, no nosso entender, vão no bom caminho, independentemente de quem governa a Autarquia. São boas medidas e, por isso, têm o nosso apoio. No entanto, não podemos deixar de manifestar preocupação pelo facto das boas decisões que a Câmara Municipal já tomou na área da habitação social avancem tão devagar. Na prática, deixamos aqui esta declaração: é um facto que a Câmara Municipal está a fazer muito, e bem, na área da habitação social, mas o processo está a ser muito demorado e há muita gente, mesmo muita, a necessitar de habitação para ontem! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Saúdo, em especial, o senhor Artur Nunes, é um gosto tê-lo aqui, novamente, passados 3 anos. Olhe que isto não mudou muito, está tudo igual. O *Período de Antes da Ordem do Dia* é o ponto em que podemos abordar assuntos de interesse para a Cidade, formular perguntas ao Executivo e fazer declarações políticas. Face ao assunto que tem estado na ordem do dia, é precisamente isso que venho aqui fazer, falar sobre as piscinas municipais. Queria saudar a intenção deste Executivo, ainda que não garanta que as novas piscinas municipais serão uma realidade, já constitui um passo para corrigir um erro do PS que custou caro à Cidade, porque fê-la perder 3 milhões de euros a fundo perdido! Impediu a Cidade de ter uma infraestrutura nova e importante para o seu desenvolvimento. Um erro que custou caro aos sanjoanenses, porque viram parte dos impostos que pagam a serem consumidos pelos elevados custos de manutenção



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

das atuais piscinas municipais. Se as tivéssemos construído em 2015, já teríamos tido o retorno do investimento, porque teríamos poupado na questão da eficiência energética. Os custos de manutenção, hoje, seriam muitíssimo inferiores. Queria perceber o que é que pretende o Executivo com aquilo a que chama "*adaptação à nova regulamentação e exigências técnicas em vigor*"? Vai concretizar o projeto como está projetado pelo arquiteto Souto Moura, ou vai reduzi-lo? O que pretende o Executivo do projeto das piscinas Municipais? A declaração política surpreendeu-nos, em várias coisas, no seu anúncio: **1º**- a forma, porque tivemos conhecimento da intenção da Câmara Municipal, não através do Executivo nem dos órgãos de comunicação local, mas através de um órgão de comunicação regional "*Notícias de Aveiro*" de há 2 semanas; **2º**- o timing, até porque o senhor Presidente da Câmara Municipal foi, na altura, confrontado com uma pergunta num dos jornais da nossa Cidade sobre o assunto. Também hoje num artigo de opinião, um munícipe traz essa questão lá plasmada, mas a verdade é que nós estamos a um ano das eleições autárquicas e há aqui uma coisa que é notória, os senhores decidiram com as piscinas municipais dar início à campanha eleitoral. Mas devo dizer que me surpreendeu a sua justificação e cito "*tinha a expectativa de perceber os contornos do eventual financiamento no novo quadro comunitário de apoio*". Já lá vão 2 anos, todos sabemos que o programa "*Portugal 2030*" não financia equipamentos desportivos, mas só agora decidiu tomar esta decisão. Por isso é que eu tenho vindo a dizer e termino desta forma, os sanjoanenses não se podem deixar levar pelas emoções que uma notícia destas pode causar. Há muito que querem umas novas piscinas municipais, criaram essa expectativa em 2015 mas que acabou por esbarrar na birra, na imaturidade e na irresponsabilidade do PS. Querem as piscinas municipais, tal e qual, como estão projetadas pelo arquiteto Souto Moura. Os sanjoanenses também se recordam com o que aconteceu com o pavilhão das Travessas, os senhores, a uma semana das eleições autárquicas de 2021, anunciaram um projeto de requalificação para este pavilhão desportivo mas, até hoje, nem projeto temos, quanto mais a requalificação! Também não foi por acaso que eu inicie a minha intervenção em saudar a intenção e não a decisão porque, cada vez mais, fica patente que os senhores não decidem, têm intenções. Prometeram a requalificação do pavilhão das Travessas e não cumpriram, prometeram já 2 vezes as piscinas municipais. Mais eleições haverá e o PS continuará a prometer, porque esta é uma das vossas marcas, prometem mas não cumprem! --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**

**MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Relativamente à intervenção do BE e, se me permitirem, reporto à explicação que já dei à munícipe que interveio sobre esta matéria. A lógica do sistema é esta, não há nenhum desejo de instituir um sistema de caça à multa no Concelho. Decorre de uma ação de fiscalização no quadro regulamentar, quem se sentir inconformado com a fiscalização e sentir que os seus direitos são violados, deve reclamar para a Câmara Municipal, que irá proteger os direitos dos cidadãos à luz da lei e do Regulamento. Nós tínhamos a fiscalização pela PSP mas não era feita todos os dias. Agora temos uma fiscalização permanente e já se sente que há mais oferta de estacionamento no centro da Cidade. Isso favorece o comércio e a afluência de pessoas à Cidade. Havia situações em que alguém estacionava o carro às 8:00H e o mesmo permanecia até às 19:00H. Era apropriação individual do espaço público e acho que ideologicamente isso deve afetar e perturbar. Hoje temos uma melhor e mais diversificada utilização do espaço público. Relativamente à intervenção da Deputada Raquel Pinho do PS, naturalmente que os incêndios são uma catástrofe. Aproveito também para saudar os Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira. A Câmara Municipal tem acompanhado a atividade operacional dos bombeiros no centro de operações. Para terem uma noção, houve um dia em que 6 viaturas e 6 equipas estiveram fora do nosso território. Na segunda-feira, tínhamos uma equipa em Celorico de Basto e 5 equipas em Oliveira de Azeméis. Já tivemos uma estrutura de comando em Gondomar, Paredes e Arouca. Eu tenho estado no quartel de manhã, à tarde e à noite a acompanhar as atividades e a ser informado da evolução dos fogos nos concelhos vizinhos. Pude testemunhar, de facto, um grande esforço e abnegação dos nossos homens. As equipas fazem turnos de 24 horas, eu assisti à rendição de uma equipa que chegou de Oliveira de Azeméis, onde estiveram 30 horas em serviço a proteger casas. Aproveito também para manifestar a nossa solidariedade às populações de Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Arouca e de todo o País que foram afetadas. A todos os bombeiros e aos autarcas que durante estes dias não dormiram, porque estiveram empenhados na proteção da população, como bem referiu. Eu acompanhei também essa situação operacional, foi promovida a evacuação do canil intermunicipal com muito êxito e todos os animais foram acolhidos por famílias, porque se temia que o canil pudesse ser atingido pelo fogo. Quanto à violência



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

doméstica, não podemos estar mais de acordo. Tivemos a iniciativa de formar 2 técnicos da nossa Divisão da Ação Social para esse efeito. Foi uma decisão que tomamos no 1º mandato, porque sabíamos que os indicadores de violência doméstica em S. João da Madeira são terríveis e dos maiores do nosso distrito. A Câmara Municipal tinha que ter uma resposta. Criamos o espaço AURORA que, infelizmente, tem tido muita procura. Relativamente ao evento "Gin and Street Food", queria agradecer as palavras e informar que iremos fazer esse estudo através da Unidade de Turismo. Em todo o caso, há objetivos macros do evento que foram assumidos à medida que ele foi crescendo em atividades, extensão, marcas e oferta. Acho que podemos dizer que ele tem como grande objetivo promover a marca territorial de S. João da Madeira. Isso vê-se, porque temos pessoas de toda a região a afluir ao evento. Portanto, ele tem cumprido a missão de promover a nossa Cidade para a realização de eventos de qualidade. Eu circulei no evento, de início ao fim, e verifiquei que as pessoas, mesmo as que vêm de fora, dizem que é um evento diferente, pela qualidade do espaço urbano, da oferta e por toda a dinâmica do evento. O evento também visa proporcionar cultura e entretenimento de qualidade para todas as idades. Eu penso que tivemos um grande momento cultural na Cidade com o concerto do José Cid, um artista português que tem o prémio de música mais importante do mundo. Sobre o impacto económico, os donos dos restaurantes disseram que esgotaram meses antes, mas vamos tentar sistematizar estas ideias. Relativamente ao representante da Junta de Freguesia, Artur Nunes, dizer também que estávamos com saudades, ainda bem que aqui está e com a vitalidade do costume. Queria também agradecer a referência que fez a algumas das medidas que este Executivo prometeu, decidiu e executou: preparação individualizada da medicação para idosos; instalação em S. João da Madeira de uma resposta de saúde oral, que não existia. Durante a campanha eleitoral de 2017, perguntámos às pessoas o que é que a Câmara Municipal deveria fazer e, muitas delas, referiram a necessidade de ter um dentista. Nós metemos mãos à obra e montámos um consultório de dentista no Centro de Saúde, em parceria com a Junta de Freguesia. Não foi fácil, porque a Câmara Municipal nunca tinha aprovisionado um consultório de dentista. Compramos refeições escolares, flores, materiais escolares, etc., mas não tínhamos experiência em montar um consultório de dentista, mas conseguimos! Pela 1ª vez, pessoas com 70/80 anos foram ao dentista. Parece mentira, mas é verdade, muitos adultos foram pela 1ª vez ao dentista porque a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

consulta é gratuita; concluímos o processo, em parceria com a Unidade de Saúde Local, da aquisição de viaturas elétricas, que são propriedade do Município e vão ser geridas por nós; desde 2018, que as crianças que nascem no nosso Concelho recebem a vacina contra o rotavírus gratuitamente. Queremos fazer a medição do impacto, mas dependemos do Centro de Saúde para fazer o estudo epidemiológico adequado; a prevenção cardíaca também está em curso; os lanches saudáveis, é uma grande medida e achamos que vai ter também um efeito muito positivo. Queria saudar as iniciativas da Junta de Freguesia, extremamente importantes, para proporcionar aos nossos idosos que têm condições económicas frágeis, o acesso ao lazer, à ocupação do tempo livre, ao convívio e à praia. Relativamente ao início do ano letivo, é importante haver paz e esperança. Estou totalmente de acordo. Quanto à Escola Básica, nós retiramos o amianto de 7 edifícios municipais. Quando iniciámos este processo, esta escola não era propriedade do Município. Nós tomamos a iniciativa de negociar com o Governo a feitura de um projeto para uma reabilitação global desta escola, que já está pronto e na lista da CCDR dos projetos candidatáveis a financiamento que este Governo e a CCDR estão a negociar com o BEI. Ele está em 1º lugar, é uma intervenção que supera o montante de 10 milhões de euros, porque tem que ser reabilitada toda. O projeto já foi apresentado à comunidade escolar e fomos informados que já esteve em Portugal uma equipa do BEI para avaliar as escolas que se vão candidatar a esse financiamento. Temos a informação de que esse processo está bem encaminhado e que, no fim do ano, teremos o financiamento assegurado com o Governo da República que, depois, vai canalizar para as escolas que estão na listagem da Associação de Municípios, onde a nossa também está. É evidente que é uma obra que o Município não pode fazer com financiamento próprio, é impossível devido ao seu montante. Relativamente à limpeza urbana, a CDU apontou questões ligadas ao comportamento de munícipes. Nós estamos atentos, já fizemos imensas campanhas de sensibilização para a recolha de monos através de vídeos que foram divulgados. Quando detetamos problemas, mandámos cartas aos moradores da zona, os nossos funcionários vão lá falar com os moradores e com os comerciantes. É uma luta, porque temos muitos contentores vazios mas o lixo fica depositado no chão. Nós tentamos resolver os problemas e agradecemos que nos informem quando há problemas imputáveis aos serviços para nós corrigirmos/melhorarmos. Nunca escondemos a cabeça na areia, mas há muitas pessoas que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

se deslocam 15/20 metros, quando o seu contentor está cheio, que não dobram as caixas de papelão para as colocar na boca dos ecopontos e as deixam no chão. Todos vêm isso, temos de trabalhar todos em conjunto e sensibilizar os munícipes para esta questão. Quanto à mobilidade pedonal, nós temos feito várias intervenções, fizemos o plano da Cidade inclusiva que originou a execução de muitos rebaixamentos no centro cívico da Cidade, piso pitonado, guias, rebaixamento de passadeiras e vamos continuar a fazer planos parcelarmente. Relativamente à habitação, é um processo lento e já disse isto várias vezes: já executamos um projeto de reabilitação de cerca de 1 milhão de euros em 21 fogos; está em construção um conjunto de 11 moradias na Devesa Velha; está a decorrer o prazo para a reabilitação de 32 fogos dos serviços sociais da PSP; está pronto a lançar a empreitada da rua Oliveira Júnior e a da antiga fábrica Viera Araújo; estão prontos a lançar os fogos da GNR. É muito complexo organizar os processos, lançar e colocar na plataforma, porque nós somos um País que ainda não se livrou da burocracia. Relativamente à intervenção da MCP, informo que nós fizemos obras de grande vulto, nós não inauguramos a obra da Praça nem fizemos nenhuma festa, portanto, não podemos ser acusados de trabalhar para a propaganda/campanha eleitoral! No anterior mandato, lançamos apenas um boletim municipal, porque nós olhamos mais à substância do que à forma. O trabalho das piscinas municipais está a ser feito com o arquiteto Souto Moura há muito tempo, o contrato foi publicado na plataforma VORTALgov - plataforma eletrónica de contratação pública e um jornalista viu e perguntou à Câmara Municipal. Evidentemente que temos o dever de responder aos jornalistas, portanto, foi por isso que se soube desta forma. Nós estávamos a preparar uma comunicação formal para convidar o arquiteto Souto Moura para fazer a comunicação, mas o jornalista adiantou-se. O trabalho já decorre há bastante tempo, falei diretamente com o Governo e havia a expectativa de haver financiamento de vulto para os equipamentos desportivos, mas eu não sei se é uma opção do Governo ou da União Europeia, o facto de não haver financiamento para equipamentos desportivos. Acho que é um erro, porque nós temos equipamentos que, de facto, precisam de financiamento para serem renovados, porque os custos são elevadíssimos. O pavilhão das Travessas tem 4 pavilhões e a sua reabilitação irá orçar em mais de 5 milhões de euros. A Câmara Municipal está a trabalhar em soluções de engenharia financeira para ter essas obras feitas. Mas existiu a expectativa de haver um pacote, de várias centenas de milhões de euros, para este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

efeito, porque este quadro de apoios vai até 2.030. A Câmara Municipal está a trabalhar noutras soluções e torna-se necessário adaptar o projeto às regulamentações técnico-ambientais, que mudaram bastante os financiamentos comunitários. Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> está a acompanhar esta matérias e, se calhar, até já sabe melhor do que eu daquilo que se está a falar! Mas o trabalho está a ser feito. -----

### ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

**3.1- Aprovação da Ata nº 27, de 27.06.2024 (Mandato 2021-2025).** -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

**3.2- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adenda ao Protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia – Programa Oficina do Idoso".** -----

**--- JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Penso que a informação é muito clara sobre o âmbito das alterações. Dispensou-me fazer qualquer apresentação, este assunto foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia e em reunião da Câmara Municipal. Com esta melhoria, esperamos que o programa tenha mais adesão. -----

**--- EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra, disse: -----

--- O BE considerou, desde o início, que este programa era importante para S. João da Madeira, mas que era demasiado limitativo e de difícil acesso para as pessoas que poderia contemplar. E pelo que lemos nesta alteração que aqui trazem hoje, estávamos certos. Ainda assim, as alterações parecem-nos escassas! Vejamos: o que se propõe é que o valor anual por habitação passe de 300€ para 500€, em custos de mão de obra e materiais necessários para as pequenas reparações que são contempladas por este programa; propõe-se ainda, que as despesas com os materiais sejam comparticipadas pela Câmara Municipal em 70%. No protocolo anterior, estas despesas eram comparticipadas, na íntegra, pelas pessoas abrangidas. Como são reparações de baixo custo, porque é que as intervenções não são totalmente gratuitas? Se é para ajudar pessoas a fazer pequenas obras que não conseguem pagar, porque não participar a 100%? Parece até demasiado burocrático e difícil de fazer estas contas. Por exemplo, uma mudança de fita de persiana, que é uma situação que acontece várias vezes, tem um custo relativamente baixo e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

demora pouco tempo a reparar. Vão estar a separar o trabalho e os materiais e pedir à pessoa que se encontra em situação de vulnerabilidade social e financeira para pagar? Não faz muito sentido. Se determinam que é para as pessoas que não podem pagar, porque não têm familiares que os ajudem, como é que vão pagar o que quer que seja? O que é mais justo e lógico, penso eu, é ir fazendo as pequenas reparações, de forma gratuita, até atingirem o limite de 4.000€, que é o valor do subsídio da Câmara Municipal. Se até ao fim do ano ficarem reparações por fazer, então, a Junta de Freguesia deve pedir que a Câmara Municipal aumente esse subsídio miserável até um valor razoável, para corresponder de forma realista à procura do programa. Caso contrário, é só mais um programa com um bonito nome, com acesso muito difícil e que não vai servir de nada. Aliás, na demonstração de execução orçamental de despesa de 2022 da Junta de Freguesia, este valor de 4.000€ não foi executado a 100%. O valor da execução foi apenas de 24,19%, correspondendo a 967€. Mas o que significa isto? Não há procura do programa? E porquê? Talvez porque as pessoas a quem ele se dirige não tenham dinheiro para pagar os materiais das reparações. Revejam este programa que, realmente, poderia ser importante para pessoas que não têm como resolver e pagar pequenos consertos. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- O que hoje aqui trazemos amplia e melhora as condições do programa. Nós devemos compreender que este é apenas um dos programas que o Município e a Junta de Freguesia têm de apoio às famílias carenciadas. Nós temos apoio social em: arrendamento; medicamentos; Regulamento da ação social que dá apoio na compra de equipamentos; fatura da água; alimentação, pagamento da renda; apoios de emergência. Estamos a falar apenas de um dos instrumentos que o Município tem. A ponderação que foi feita e que eu acho correta, é a mão de obra ser gratuita em algumas reparações, comparticipação nos materiais numa certa dimensão e que é agora aqui ampliada. Achamos que este é o equilíbrio adequado, porque estamos a falar numa oficina para reparações domésticas. Temos de compreender que isto é complementado com os outros apoios que são a fundo perdido e nas despesas elegíveis a 100%. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 20 votos a favor, sendo: 11 do PS, 8 da MCP, 1 da CDU; 1 abstenção do BE. -----





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**3.3- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Certificação Legal das Contas do Município de S. João da Madeira – Nomeação de Auditor Externo – biénio 2024-2025".** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Dispensó-me de uma apresentação extensa porque a documentação é clara. Foram seguidos os trâmites legais. Esta proposta é da nossa Divisão de Finanças e a Câmara Municipal tem contas auditadas por uma entidade independente. Cabe à Assembleia Municipal decidir se reconhece ou não a idoneidade para a nomear. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

**3.4- Apreciação e votação da Proposta apresentada pelo Partido Socialista sobre "Recomendação para a criação de uma nova Área de Reabilitação Urbana".** -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Esta proposta tem como principal objetivo fazer com que a Cidade continue a crescer e, sobretudo, de forma harmoniosa. Mas para isso precisa de mais gente. Para ter mais gente, precisa de mais habitação, preferencialmente, digna. Portanto, esta proposta que o PS apresenta para a criação de uma nova área de reabilitação urbana na zona oeste de S. João da Madeira - Casaldelo e Fontainhas, tem como principal objetivo criar condições mais atrativas à reabilitação e estimular a regeneração urbana, através de reduções de taxas e de isenções fiscais. S. João da Madeira foi o Concelho que mais cresceu em termos de população nos Censos e, mesmo assim, as condições e o contexto que aqui existiam naquilo que diz respeito à habitação não eram as ideais. Em termos de habitação pública não só não se construiu, como pouco ou nada se reabilitou e ainda se alienou património. No que diz respeito à habitação privada, nos últimos 9 anos da governação do PSD, foi licenciado apenas um prédio. Mas nos últimos anos, os dados alteraram-se de forma astronómica. Vemos um pouco por todo o território a surgirem novos investimentos para habitação, não só a pública/social promovida pela "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.", em nome da Câmara Municipal, mas também habitação privada para as classes média e alta para aquisição e arrendamento. Explicando também o timing, porque a partir de agora tudo será por causa das eleições do próximo ano, esta proposta não tem nada a ver com o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

período eleitoral, mas sim com o início da profunda requalificação da Av<sup>a</sup> do Brasil que estará para breve. O PS acredita que para regenerar o seu território, o investimento público que se vai fazendo na reabilitação das nossas estradas e dos nossos bairros, é também uma forma de estimular o investimento privado. Nós entendemos que esta é a altura ideal para começarmos a estudar esta ARU, porque sabemos que isto leva tempo. Das 4 ARUs existentes, uma delas já vinha do Executivo anterior e estava confinada ao centro da Cidade. As outras 3 foram criadas nos últimos anos e em simultâneo. Agora, é tempo de chegar também à zona oeste da Cidade que tem sido deixada para trás no que diz respeito a estes investimentos. Portanto, cabe-nos também a nós criarmos o estímulo necessário para esses investimentos/reabilitações na Av<sup>a</sup> do Brasil, Casaldelo e Fontainhas. Muitas das habitações já têm mais de 20 anos e, portanto, também precisam de obras, designadamente, eficiência energética. Sabemos que numa ARU existem isenções/reduções de taxas e de impostos. Este é também o objetivo para acarinhar estas zonas, sobretudo, para criar melhores condições ao investimento, aproveitando a ampla requalificação da Av<sup>a</sup> do Brasil. Este é o timing certo e a obra tem um prazo definido, ainda não está no terreno mas tem as suas peças procedimentais lançadas. Portanto, é o tempo ideal para a Câmara Municipal começar a estudar este assunto, para daqui a algum tempo, o trazer a esta Assembleia Municipal para aprovação. Vou ler a recomendação proposta pelo PS para que o público também a conheça *"Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal de S. João da Madeira, vem o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentar à discussão e deliberação da Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária no dia 19 de setembro de 2024, uma Recomendação para a criação de uma nova Área de Reabilitação Urbana, nos termos que a seguir se apresenta. Considerando que: 1. Nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que no uso da autorização concedida pela Lei n.º 95-A/2009, de 2 de setembro, aprova o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais assegurar, no quadro do presente decreto-lei e dos demais regimes jurídicos aplicáveis, a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas que dela careçam; 2. Em 2016, o Município de S. João da Madeira delimitou uma área de reabilitação urbana do centro da Cidade; e em novembro de 2021, o Município delimitou mais três áreas de reabilitação urbana nas zonas Espadanal/Ribeiros, Quintã/Devesa Velha e Travessas; 3. As ARUs atualmente em vigor*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

se localizam geograficamente nas zonas centro, sul e este dos limites territoriais do Concelho; **4.** As zonas abrangidas pelas ARUs atualmente em vigor têm recebido diversos investimentos públicos de reabilitação urbana, designadamente, as requalificações do centro cívico da Cidade (Praça Luís Ribeiro e ruas adjacentes), Rua Oliveira Júnior, Rua Visconde de S. João da Madeira, Av<sup>a</sup> do Vale, Avenida Manuel Vieira Araújo e Rua Oliveira Figueiredo, entre outros exemplos, como a criação de novos parques urbanos municipais que incidem nestas áreas; **5.** Estas mesmas zonas têm recebido diversos investimentos imobiliários públicos e privados e que se entende que os investimentos públicos de reabilitação urbana impulsionam a regeneração da Cidade que são também acompanhadas por parte dos investidores privados; **6.** A Assembleia Municipal aprovou a proposta da Câmara Municipal para contratação de um empréstimo que vai permitir arrancar brevemente com a obra de ampla requalificação da Av<sup>a</sup> do Brasil e que a Câmara Municipal tem promovido, também, intervenções de reabilitação urbana na zona oeste do Concelho, designadamente em Casaldelo; **7.** O Concelho de S. João da Madeira deve continuar a crescer e a desenvolver-se de forma harmoniosa e que na zona oeste, delimitada entre Casaldelo e as Fontainhas, existem diversas habitações que já carecem de reabilitação energética, em face de serem construções que já têm, maioritariamente, mais de 25 anos; **8.** Que as ARUs atualmente em vigor apoiam projetos privados e benefícios fiscais para as obras de reabilitação urbana, como forma de contribuir para o estímulo da regeneração do tecido urbano; **9.** Deve o Município de S. João da Madeira continuar a promover medidas de desenvolvimento do território, de captação de investimentos públicos e privados, garantindo a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos sanjoanenses; **10.** A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, devidamente fundamentada, conforme o exposto no artigo 13.º do RJRU. Vem o Grupo Municipal do Partido Socialista propor que a Assembleia Municipal de S. João da Madeira delibere: **1)** Aprovar recomendar à Câmara Municipal de S. João da Madeira que estude a criação de uma nova Área de Reabilitação Urbana na zona Oeste do Concelho; **2)** Aprovar recomendar que a nova ARU abranja as zonas delimitadas entre Casaldelo e as Fontainhas, iniciando nos limites da ARU do centro da Cidade; **3)** Aprovar recomendar que na nova ARU a delimitar sejam aplicadas reduções na cobrança de taxas municipais a aplicar em sede de licenciamento das operações de reabilitação, como forma de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

*contribuir para o estímulo da regeneração do tecido urbano, nos mesmos termos definidos para as ARUs atualmente em vigor, ao abrigo da alínea a) do artigo 14.º do RJRU, designadamente, reduções de 50% em licenciamentos, isenção por cinco anos de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a redução de 23% para 6% do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) nas despesas relativas a empreitadas de reabilitação, além das demais vantagens já previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais para com obras de reabilitação urbana, em sede de IRC e de IRS. S. João da Madeira, 06 de setembro de 2024."* -----

--- **EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra, disse: -----

--- Como o BE já referiu em 2021 e em 2023, delimitar Áreas a Reabilitar na Cidade, sim, estamos de acordo. Não concordamos é com os instrumentos usados para promover a tal reabilitação e volto a lembrar que esses instrumentos fiscais são: a isenção de IMI e de IMT na aquisição de casa e na primeira transmissão após a reabilitação, redução das taxas de avaliação, dedução à coleta de encargos relacionados com reabilitação, redução da tributação de rendimentos prediais, isenção de rendimentos obtidos em fundos de investimento imobiliário, IVA à taxa reduzida para as empreitadas de reabilitação urbana. Uma família pobre que esteja a viver numa casa degradada terá condições de proceder à sua reabilitação apenas porque lhe é isentado o IMI ou reduzida a taxa de IVA? É muito duvidoso que tal aconteça. Faz lembrar a atual Ministra da Habitação que anunciou que com a sua medida de isenção de IMT Jovem, um jovem que compre uma casa de 300 mil euros pode poupar uns 10 mil. Só falta que um jovem tenha 300 mil euros para comprar uma casa! A esmagadora maioria dos jovens não tem 300 mil euros, assim como a maior parte das pessoas que neste momento precisam, desesperadamente, de uma casa, não têm dinheiro para reabilitações ou aquisições ao preço a que estão as coisas. Voltamos a dizer, estes instrumentos podem revelar-se muito interessantes para especuladores e fundos imobiliários. Delimitada a ARU, têm incentivos para comprar, reabilitar e vender após a reabilitação. Tem ainda borlas fiscais sobre os lucros que fazem com tudo isto. No nosso entender, aquilo que é necessário fazer é : identificar famílias com necessidade urgente de melhorar as suas condições de habitação e apoiar os proprietários mais pobres a reabilitar as suas casas degradadas e que são de habitação permanente. Em 2021, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse, em resposta ao BE, "que tinham identificado 870 habitações que precisam de apoio no âmbito do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

programa "1º Dto". Este programa, por aquilo que se vê, não vai conseguir responder às carências habitacionais. Ter zonas reabilitadas com casas a preços especulativos não serve a uma política de habitação para todos. E também não serve para "melhorar a qualidade de vida e bem estar dos sanjoanenses", como diz a recomendação do PS. E aqui, entendo que sanjoanenses são todas as pessoas que vivem em S. João da Madeira. Não serão, certamente, só as pessoas que cá nasceram. Até porque, neste momento, temos centenas de pessoas a precisarem de casa para viverem no nosso Concelho e que vieram de outros países. Para mim, esses também são sanjoanenses. E esses também têm direito a qualidade de vida e bem estar. Aliás, verifica-se que com as Áreas de Reabilitação Urbana já existentes, não se criaram mais habitações a preços comportáveis e, por isso, regenerar o tecido urbano, sim, mas que seja para todos e não só para alguns. Estes programas de Reabilitação Urbana, as ARUs, dir-me-ão já pela terceira vez, não são programas exclusivos para habitação, mas um programa que tem como objetivo reabilitar o edificado degradado, regenerar o tecido urbano, apoiar projetos privados, benefícios fiscais para as obras de reabilitação e melhorar a qualidade de vida e bem estar dos munícipes. Como pode excluir as carências habitacionais que existem no Município? Reabilitar, ajudando quem? Esta é a escolha que deve ser feita. Em quem deve uma autarquia pensar primeiro? Na pessoa que não encontra casa na "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.", no jovem casal que não encontra casa para arrendar na Cidade ou mesmo para comprar de acordo com os seus salários, na pessoa que está à espera há anos que o 1º Direito a ajude a arranjar casa, ou no especulador que tem uma casa, segunda ou terceira casa em ruínas e que a ia reabilitar, mas agora com as borlas fiscais deste programa, o vai fazer mais rápido e colocá-la no mercado de arrendamento a preços especulativos? O BE não pode estar de acordo com esta política. Queremos uma Cidade reabilitada e com qualidade de vida para todas(os) aqueles que querem viver em S. João da Madeira. Aumentem a habitação pública, ajudem as pessoas que não têm meios financeiros a reabilitar a casa onde vivem e deixem de criar instrumentos para enriquecer especuladores! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** - No uso da palavra, disse: -----

--- Gostaria de começar por saudar a iniciativa do PS. Esta é uma matéria com grande relevância para a Cidade. É importante, porque garante um conjunto de instrumentos e mecanismos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

favoráveis ao investimento na reabilitação e na regeneração de edifícios e de espaços públicos, para depois se promover uma imagem da Cidade mais bem articulada, requalificada, reordenada e mais apetecível aos investidores. Nós vamos votar favoravelmente esta recomendação. Aliás, votamos sempre a favor da criação de Áreas de Reabilitação Urbana e, neste caso em concreto, abrange uma área pela qual os partidos da MCP sempre lutaram, que é a Zona do Roupal. Quando estávamos na Câmara Municipal, havia um projeto de requalificação do Roupal. Já aqui abordamos, várias vezes, esta questão e achamos que é crucial avançar com a requalificação daquela zona. Senhor Deputado Leonardo, fiquei desapontado, vinha aqui elogiá-lo, mas estragou tudo, porque eu achava que o PS, ao recomendar esta ARU à Câmara Municipal, por um lado, reconhecia a importância da requalificação e, por outro, reconhecia a inércia do Executivo nesta matéria. Nós já falamos aqui tantas vezes disto, aliás, o senhor Nunes já não vem cá há 3 anos, mas já ouviu falar aqui disto. Sabemos que esta ARU é muito mais abrangente, não é só a Zona do Roupal, mas é já um passo para que possamos criar uma nova centralidade na nossa Cidade. Por isso, votaremos a favor. Relativamente àquilo que disse da campanha eleitoral, com franqueza, os senhores não fazem nada durante 3 anos e têm que achar normal que, a um ano das eleições, decidam fazer tudo? Nós ficamos surpreendidos e achamos que é, efetivamente, porque estamos a um ano das eleições autárquicas e este assunto é uma pequena surpresa que nos dá. -----

--- **RITA MENDES / CDU** - No uso da palavra, disse: -----

--- Quando foi aprovada a anterior ARU, a CDU manifestou alguma incompreensão pelo facto de existirem diversas zonas da Cidade que tinham, em comum, as mesmas necessidades de reabilitação e foram excluídas apenas por serem zonas periféricas. Mas não deixavam de ser zonas com edifícios devolutos, em ruínas, insalubres, abandonados e esquecidos. Achamos que a proposta de uma ARU apenas para o centro da Cidade estaria a promover uma maior exclusão das zonas menos centrais, quase como se não fôssemos um Concelho tão pequeno. A reabilitação urbana deve perseguir a ideia de Cidade como um todo e a transformação urbana não deve ficar confinada ao centro da Cidade. É por tudo isto que manifestámos no passado e reafirmamos hoje, que estamos de acordo com esta proposta e vamos mais longe, dever-se-ia fazer um estudo para a criação de outras ARUs na Cidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**

**MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Estamos de acordo com esta recomendação, recordando que, de facto, ao longo deste tempo, criámos 3 novas áreas de reabilitação urbana, que são processos muito complexos, para atrair investimento. Falando agora para o BE, as políticas públicas são feitas de diversos instrumentos e para as pessoas que precisam de habitação temos vários instrumentos: **1-** apoio ao arrendamento, no qual damos subsídio para o arrendamento; **2-** o Regulamento de Arrendamento para Subarrendamento, que esta Assembleia Municipal aprovou no quadro do "1º Direito". A Câmara Municipal arrenda casas e depois sub-arrenda a preço mais baixo a famílias carenciadas. Este programa novo já permitiu alojar em condições dignas 7 famílias; **3-** temos a "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M." que é a maior ferramenta de ação social do Município; **4-** temos o "1º Direito" e estamos a construir habitação social nova. A política pública é a conjugação do resultado de diversas políticas. Esta política das ARUs é mais uma que visa melhorar o espaço urbano e dar incentivos aos privados para reabilitar, construir e investir em S. João da Madeira. Vivemos um momento francamente positivo e histórico no investimento privado na nossa Cidade. Atualmente, estão em construção cerca de 290 fogos no setor privado e basta circular pela Cidade para os encontrar. Foram licenciados e construídos, nos últimos anos, mais de 100. A oferta de habitação na Cidade tem vindo a crescer, eu diria, que daqui por uns anos, o cenário vai ser completamente diferente com estes investimentos que estamos a fazer do lado público. -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** - No uso da palavra, disse: -----

--- Só para responder a algumas considerações relevantes que foram feitas. Relativamente à intervenção do BE, julgo que percebeu o que eu tinha aqui escrito. Confesso que o BE tem uma génese que, pelo menos do que temos assistido aqui, vê alguma malícia em todas as medidas que são apresentadas e, portanto, mais vale não as fazer e deixar tudo como está. Vou dar só 3 exemplos, mas poderia dar muitos mais de como a constituição de uma ARU nesta zona da Cidade não é só o bicho papão da especulação imobiliária, porque nós não olhamos, de todo, o investimento privado como especulação imobiliária. Sei que não vou convencer a senhora Deputada disso, mas talvez conseguisse convencer outros camaradas do seu partido. Estes 3



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

exemplos são para ajudar a esclarecer os sanjoanenses sobre esta matéria: **1-** apoiar um privado, que pode ser qualquer um de nós, que tenha adquirido a sua casa há 30 anos, a reabilitar uma casa devoluta/degradada para o mercado de arrendamento, para com isso conseguir alojar uma família sanjoanense e, assim, evitar que ela vá viver para os arredores do nosso Concelho. Isto não é fazer a Cidade crescer e apoiar os sanjoanenses?; **2-** apoiar um casal idoso da classe média e o seu condomínio, que têm que fazer obras de reabilitação de uma fachada do edifício e trocar as janelas porque à noite entra frio nesta zona alta, fria e muito ventosa da Cidade. Esta família não pode ter apoio como acontece noutras zonas da Cidade? Isto não é especulação imobiliária; **3-** apoiar a reabilitação para arrendamento por jovens não é especulação imobiliária, porque vão aceder a este mercado, seja de arrendamento ou de aquisição. O PS orgulha-se muito desta nossa governação e daquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal falou sobre a "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.". Isto conflui tudo numa política estratégica. Disse que a "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M." não tem casas, eu poderia estar aqui a dissertar sobre os investimentos que têm sido feitos nesta empresa, o que está em construção, o que foi reabilitado e que não há casas desocupadas, porque isso é uma ideia que não corresponde à realidade. A estratégia do PS não tem nada a ver com especulação imobiliária, nem em promover, apoiar e dar borlas fiscais a grandes investidores, mas tem a ver com: **1)** promover a habitação; **2)** promover habitação pública através da "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M."; **3)** promover habitação privada para todos aqueles que possam aceder ao mercado de arrendamento/aquisição e para os jovens da classe média. Temos todo o orgulho na nossa governação, que nos distingue na área social que apoia aqueles que mais precisam, seja através da "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M." ou de outros programas. Nunca olhamos para a Cidade apenas como assistencialista, mas sim para como uma Cidade de futuro e para todos aqueles que não têm forma de ir para o mercado de aquisição. Para isso, temos um grande braço armado que é a "Habitar S. João - Empresa Municipal de Habitação, E.M.". Também para a classe média que quer comprar/arrendar e que até há bem pouco tempo tinha dificuldade para conseguir viver e ser feliz em S. João da Madeira. Muitas pessoas da minha geração tiveram que ir viver para concelhos vizinhos por falta de oferta de habitação em S. João da Madeira. Que fique bem claro, esta iniciativa não reconhece qualquer inércia à Câmara





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Municipal nesta matéria, mas sim, que o PS tem a iniciativa de olhar para esta zona da Cidade com carinho. Naturalmente que falei com o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre isto, porque eu não iria apresentar uma proposta nesta Assembleia Municipal sem falar previamente com ele. Não sejamos hipócritas, é muito importante dizer que enquanto o PSD esteve no Executivo, apenas criou em 2016 uma ARU no centro da Cidade. Consultem as Atas e vejam qual foi a posição do PS relativamente a essa questão. Quando o PS governou a Cidade, criou três ARUs e vamos agora estudar uma quarta. -----

--- **EVA BRAGA / BE** - No uso da palavra, disse: -----

--- O senhor Deputado falou em ser realista, mas a realidade é esta, neste momento não há nenhuma casa para arrendar em S. João da Madeira que não seja a um preço abusivo e incomportável com os salários que se ganham na nossa Cidade. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 20 votos a favor, sendo 11 do PS, 8 da MCP, 1 da CDU; 1 voto contra do BE. -----

### **3.5- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Alteração da Estrutura Orgânica Interna da Organização dos Serviços do Município".** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Esta proposta visa, em 1º lugar, adaptar a nossa estrutura orgânica ao processo de descentralização de competências, repercutindo na estrutura da Câmara Municipal as novas competências que transitaram do Estado para o Município, designadamente, nas áreas da saúde e da ação social. Atualmente, a nossa Divisão de Ação Social trata do Rendimento Social de Inserção, do Núcleo de Garantia para a Infância e do Atendimento Social. Também se verte para a estrutura orgânica a dinâmica e as competências que o Município assume na área da saúde, daí que esta divisão se passe a denominar Divisão de Ação Social, Inclusão e Saúde. Por outro lado, também é feita uma alteração na Divisão do Ambiente, que tem a subunidade orgânica do Ambiente, a qual fica com a competência de promover a gestão e avaliação fitossanitária do parque arbóreo da Cidade. Na Divisão da Cultura, é criada uma unidade comum aos diversos núcleos de serviços que existem: Centro de Arte Oliva; Casa da Criatividade; Museus da Chapelaria e do Calçado; Paços da Cultura, entre outros, para além de outros atos de natureza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

cultural. Nesta senda, é criada uma Secção de Apoio Administrativo na Divisão de Cultura. No essencial, é esta a matéria para conformar a estrutura orgânica às alterações legais e à própria dinâmica de assunção de novas atividades e competências por parte do Município. -----

--- **FÁTIMA SANTOS / MCP** – No uso da palavra, disse: -----

--- Esta alteração que compreendemos, é relativamente normal. Qual é o impacto que isso tem nos custos de pessoal? Há uma redefinição de chefias, dirigentes ou comissões de serviço? Gostava que nos pudesse esclarecer. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- A transferência de competências implicou aumentos no pessoal mas que são financiados. Foi criado um novo lugar de técnico superior na área da educação e outro na área da ação social, mas a transferência de verbas do Estado cobre essas despesas, há um aumento de custos, mas compensado por aumento concomitante de receita. Na Secção de Apoio Administrativo na Divisão da Cultura, temos em mente designar um assistente técnico como coordenador. Não é um lugar de chefia, mas tem um aumento de remuneração de cerca de cem euros, será esse o impacto. -

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 13 votos a favor, sendo: 11 PS, 1 da CDU, 1 do BE; 8 abstenções da MCP. -----

**3.6- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Assunção de compromissos plurianuais e consequente repartição de encargos – prestação de serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de equipamento, limpeza pública e gestão do ecocentro no Município de S. João da Madeira".** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- O que está aqui em causa é obter a aprovação pela Assembleia Municipal para repartir, durante 8 anos, os encargos com este procedimento que é muito complexo. A Câmara Municipal já lançou um concurso pelo período de 7 anos mas, infelizmente, ficou deserto porque não foi apresentada nenhuma proposta válida. As propostas apresentadas superavam o preço base, a Câmara Municipal reuniu com os seus serviços e com a sua assessoria a técnica externa para este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

domínio, foram ponderadas as posições do mercado, analisadas as propostas apresentadas e feito um estudo muito profundo de reavaliação desta matéria. Chegou-se à conclusão de que o adequado para defesa do interesse público e para suscitar o interesse de concorrentes, era prolongar o concurso por mais um ano, para garantir um maior período de amortização dos equipamentos. Por outro lado, subir o preço base, atendendo aos incrementos dos custos que se têm verificado e também olhando à média dos preços das propostas não atendíveis que foram apresentadas no 1º concurso. O que está aqui em causa é, apenas, apreciar a questão da repartição de encargos. Na sequência desta decisão, será lançado o concurso cujo caderno de encargos já foi aprovado na reunião da Câmara Municipal, bem como, o respetivo programa do concurso. Esperamos, depois, que a concorrência funcione. O ato de adjudicação será da competência da Câmara Municipal. -----

--- **EVA BRAGA / BE** – No uso da palavra, disse: -----

--- Já aqui fizemos esta discussão, sendo que agora o valor do contrato é quase o dobro do anterior concurso que ficou vazio. Os argumentos do BE para não ser favorável a este contrato são os mesmos, com a agravante de que agora os custos a repercutir nas faturas dos munícipes serão, obviamente, maiores. Para o BE, o serviço público deve ser financiado de forma solidária através dos impostos, precisamente para que quem mais tem, contribua também com mais para a sociedade. E, por isso, somos totalmente contra o princípio do poluidor/pagador, que é o que está associado a este contrato, por vários motivos: porque institui o direito a poluir desde que se pague; porque é um princípio de exclusão de quem tem menos rendimentos e, como estamos aqui a falar de um serviço público como é a recolha e tratamento de resíduos, cria, também uma desigualdade no acesso ao serviço onerando, em proporção dos rendimentos, quem tem menos rendimentos. Os habitantes de S. João da Madeira já têm visto muitos serviços a aumentar, desde as rendas de habitação social aos resíduos e à água. Pergunto, que novos aumentos são esperados com esta proposta? -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** – No uso da palavra, disse: -----

--- Nós vamos abstermo-nos porque esta é uma questão técnica, independentemente do valor. Contudo, gostaria de fazer algumas observações: 1ª- temos hoje em S. João da Madeira, claramente, um grave problema de recolha de resíduos, face àquilo que é visível. Contentores



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

cheios e sacos de lixo fora dos contentores durante vários dias. É um conjunto de situações que não permitem negar que hoje temos um grave problema de recolha de resíduos. Os senhores podem dizer "os cidadãos não respeitam"! É verdade que há casos desses, mas na altura em que nós estávamos na Câmara Municipal também havia casos semelhantes. Mas a verdade é só uma, os senhores alteraram a frequência da recolha que deixou de ser diária. Hoje, os sanjoanenses pagam mais por um serviço menos completo e, em consequência, pior. A recolha falha porque vários são os dias em que os contentores continuam repletos e falha também a fiscalização. Portanto, nada disto é culpa dos sanjoanenses e o nosso ponto de vista nesta matéria é precisamente este. Nós não negamos que já foram dados passos importantes nesta matéria, já saudamos, várias vezes, opções tomadas pelo PS e não há mal nenhum nisso, quando nós achámos que o senhor Presidente da Câmara Municipal está a ir na direção certa. Também temos que perceber que nem tudo é perfeito, que há coisas que correm mal e decisões que deveriam ser mais bem ponderadas. Hoje, temos um tarifário em vigor que mereceu o nosso voto contra, porque trata da mesma forma quem separa e quem não separa resíduos. Isto é, uma família que tem hábitos de separar resíduos, paga o mesmo de TGR - taxa de gestão de resíduos, que uma outra que não o faz. Isto é injusto mas, ainda mais injusto será, com o novo tarifário deste procedimento concursal, porque os sanjoanenses irão pagar ainda mais e ninguém sabe quanto. Por isso, é que nós votar contra o este novo concurso, porque não é justo estarmos a passar um cheque em branco e porque ninguém é capaz de nos dizer quanto é que vamos pagar. Não temos, conforme foi prometido, o sistema PAYT implementado. O senhor Presidente da Câmara Municipal garantiu que em 2021 ele seria implementado, o senhor Artur Nunes ainda era Deputado Municipal nessa altura, portanto também se lembrará disto. Como vê, nada mudou e estamos em já em 2024. O sistema PAYT é importante, porque permite valorizar quem recicla em desconto na fatura da água. Amenizavas a injustiça criada pelo tarifário em vigor e pelo novo que será implementado. Também incentivada a separação porque, quanto mais separassem, menos pagariam. Nós temos um exemplo muito claro disso nas escolas primárias, todos os anos lhes é atribuída uma verba, consoante a quantidade de resíduos que separam. Esse valor tem vindo a crescer ano após ano. Também à medida que esse sistema fosse implementado, nós poderíamos reduzir a frequência da recolha. Este é um tema fundamental para a Cidade e para a qualidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

de vida dos sanjoanenses. Nós, enquanto Cidade, sempre nos orgulhamos e fomos muito elogiados pela qualidade da recolha de resíduos e da limpeza urbana. Sabemos que os períodos de adaptação nem sempre são fáceis, mas temos que ter a humildade de reconhecer que as coisas não estão bem. Esta é a nossa opinião, neste momento temos um grave problema de recolha de resíduos e uma injustiça criada por um tarifário que está em vigor e que se agravará com o novo concurso. Temos o sistema PAYT comprometido tal como foi prometido e nada disto é culpa dos sanjoanenses. Certamente que, se nós tivéssemos este sistema implementado, hoje a discussão que teríamos aqui e a posição da MCP seria diferente, porque estaríamos a discutir isto nos termos em que foram prometidos e em que nós achamos que seria justo esta matéria ser discutida. ----

--- **RITA MENDES / CDU** – No uso da palavra, disse: -----

--- A situação da higiene urbana na nossa Cidade tem uma história que, de modo resumido, vale a pena lembrar. Nos anos 70 e na 1ª metade da década de 80 do século passado, havia a perceção da população que os espaços públicos estavam sujos, e estavam. Em 1984, houve eleições intercalares e foi eleito Presidente da Câmara Municipal Manuel de Almeida Cambra, do partido CDS, embora com uma maioria relativa. Nessas eleições intercalares a CDU elegeu um Vereador, o meu camarada Jorge Cortez. O Presidente da Câmara Municipal Manuel Cambra, convidou-o para assumir o pelouro da higiene e salubridade pública. Esse convite foi aceite com o compromisso de que este Vereador teria autonomia para gerir o pelouro. Com muito trabalho e dedicação, o Vereador da CDU, sem estar a tempo inteiro/parcial, com a mobilização de uma equipa e com o apoio de um técnico que acumulava outras funções, foi capaz de liderar melhorias radicais na recolha de resíduos sólidos, na limpeza das ruas, na motivação dos munícipes, etc. A Vila que, um mês depois destas eleições autárquicas, passou a ser Cidade, adotou numa campanha de sensibilização o slogan "*Nova Cidade, Cidade limpa*". Um ano depois, havia a perceção generalizada de que S. João da Madeira era, de facto, uma Cidade limpa, e era. Infelizmente, dizemos nós, outros dirão o contrário. O Vereador da CDU foi cabeça de lista às eleições autárquicas de 1985, mas não foi eleito por muito poucos votos. No mandato seguinte, o PSD e o CDS envolveram-se numa grande guerra. O Presidente da Câmara Municipal Manuel de Almeida Cambra perdeu o mandato na sequência de um despacho de um sanjoanense Ministro do PSD, posteriormente ratificado pela maioria da Câmara Municipal de S. João da Madeira. A



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

CDU voltou a não ser eleita para o Executivo e o CDS, novamente, com Manuel de Almeida Cambra, voltou a ganhar as eleições em 1989. Uma vitória de maioria relativa. Como a Cidade voltou a estar suja, a Câmara Municipal decidiu externalizar os serviços de recolha de resíduos sólidos e varredura das ruas. Verificou, depois, que a medida iria ficar mais dispendiosa para o Município e, para mitigar esse aumento de encargos, decidiu-se criar a tarifa de resíduos sólidos urbanos. A CDU sempre esteve contra esta medida, por ser claro desde o início, que era muito mais cara. Para quem tem dúvidas, vamos contar mais 2 pequenas histórias: **1ª-** em Lisboa, durante a presidência da Câmara Municipal de Jorge Sampaio, de coligação do PS com a CDU, houve uma divergência porque o PS queria externalizar os serviços e a CDU era contra. Para dirimir a questão, foram pedidos estudos a universidades, que concluíram que a externalização tornava o serviço muito mais caro. Ainda hoje em Lisboa são as Autarquias, os Municípios e as Freguesias que, com os seus próprios meios, realizam a recolha de resíduos e varredura das ruas; **2ª-** no Porto, durante o mandato do social-democrata Rui Rio, a Câmara Municipal externalizou os serviços de recolha de resíduos sólidos e urbanos. Em 2018, o liberal Rui Moreira internalizou estes serviços. E tenho dito! -----

--- **LEONARDO MARTINS / PS** – No uso da palavra, disse: -----  
--- Achamos que é um exagero dizer que temos um grave problema de lixo na Cidade. Isso não é verdade, mas não vou responder na mesma moeda daquilo que acabou de ser dito e, por isso, é que está aí sentado e não foi eleito! A gestão do lixo é um grave problema que as cidades modernas têm e, por toda a Europa, o desafio é grande, sobretudo hoje, com as alterações climáticas que se verificam. Não obstante, o PS não acha que está tudo bem, naturalmente que há questões que têm que ser resolvidas e melhoradas. Por isso, temos de exigir ao prestador de serviços que o serviço seja cumprido conforme o contratado e que haja campanhas de sensibilização. Não fazemos sempre tudo bem, mas continuaremos a fazer o possível para termos uma Cidade melhor e mais sustentável. É um grande desafio para todos e, em 1º lugar, para a Câmara Municipal que define as políticas públicas. Entendemos que estamos no bom caminho, porque muito foi feito nos últimos anos e também temos muitos projetos para continuar a avançar. Naturalmente que é um caminho que necessita de alguns reajustes, mas temos que continuar com medidas ambientais para avançar, designadamente, na seleção de resíduos e na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

implementação do sistema PAYT. Temos que exigir que o serviço seja cumprido e reajustar algumas coisas para o melhorar. É necessário incentivar a denúncia e reforçar a fiscalização para conseguirmos alterar algumas coisas que precisem, pontualmente, de ser melhoradas. A Câmara Municipal só pode exigir o cumprimento do serviço se tiver conhecimento de como ele é prestado em todo o território. Concretizando, muito foi feito nos últimos anos para termos uma Cidade mais sustentável, estamos no bom caminho que, naturalmente, precisará de alguns reajustes pelo enorme desafio que este tema acarreta. -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** (Protesto) - No uso da palavra, disse: -----

--- O meu Protesto tem a ver com o que foi dito pelo senhor Deputado Leonardo Martins do PS. O senhor Vereador Paulo Barreira não foi eleito, mas tem toda a legitimidade para cá estar. Orgulhamo-nos muito que os Membros da MCP estejam em lugar de destaque no Governo e ao serviço do País. É sinal que o PSD de S. João da Madeira trabalhá bem e que os seus Membros e os dos partidos que compõem a coligação MCP têm competência e capacidade para estar ao serviço do País. Só lamento que no PS nunca tenha existido gente desta. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) - No uso da palavra, disse: -----

--- Quase que me apetece rir, mas não vale a pena. Relativamente à questão do BE, recordar que são muitas as medidas que nós aplicamos ao longo dos anos. Criamos, estudamos e aplicamos as medidas e depois esquecemo-nos. Se calhar, muitos aqui já se esqueceram que nós criamos a tarifa social dos resíduos. Foi uma medida deste Executivo proposta pelo PS. Hoje, temos mais de mil utentes que pagam uma tarifa reduzidíssima, isto não existia no nosso Concelho e eu acho que é uma reforma que este Executivo protagonizou. Outra coisa muito importante e, em abono da verdade, porque há muita tentação para haver demagogia e populismo nesta matéria, a fatura da água é um veículo/instrumento através do qual são cobrados diversos serviços e taxas. Nós fizemos um trabalho claríssimo na fatura da água, hoje até se sabe quantos litros se consome e já não é só consumo em m3. Temos também separado o que é para a Câmara Municipal e para o Estado. No que diz respeito aos resíduos, a TGR é uma ta na fatura. Claro que as pessoas sentem isso, mas não é receita nem decisão da Câmara Municipal, é sim uma imposição legal. Vários Membros destacados do PSD sempre criticaram a TGR, pois bem, têm agora oportunidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

de mudar essa lei. Mas nós cumprimos a lei! Há também outra componente que é a tarifa de deposição em aterro do nosso lixo. Uma parte, que é o lixo indiferenciado que nós não separamos e que não é reutilizado, vai para um aterro que fica em Eirol no Distrito de Aveiro. O País tem uma meta que é eliminar os aterros por questões ambientais. A TGR incide sobre o lixo que vai para o aterro e vai aumentando todos os anos, para criar incentivos económicos para que se separe mais. Para além da TRG que vai para a APA – Agencia Portuguesa do Ambiente, por cada tonelada que depositamos no aterro, pagamos uma tarifa de deposição, cujo preço também é fixado externamente e nós temos que repercutir também esta tarifa na fatura. Por outro lado, se há incrementos no custo do serviço de recolha, nós também os temos que repercutir até 85% na fatura. Não é repercutido o serviço de limpeza urbana, a varredura das ruas, o trabalho de monda das ervas daninhas e a lavagem das ruas. A gestão do ecocentro, a compra de equipamentos para recolha do lixo e o serviço de recolha e transporte é repercutido na fatura, obrigatoriamente, até 85%. Não podemos dizer, agora, o que vai resultar deste concurso em termos de atualização da tarifa, respondendo à MCP, porque este é um preço base e, portanto, não sabemos se as propostas podem vir abaixo deste preço, mas se for necessário ajustar o tarifário, não haverá alternativa, por isso não vale a pena faltar à verdade às pessoas. Mas há boas notícias também, porque à medida que nós separarmos mais, teremos mais receita, porque se entregarmos resíduos separados para reciclagem, a ERSUC paga-nos por isso. Já faturamos cerca de 70 mil euros/ano e isso também entra para as contas, estimamos com a implementação das medidas que decorrem deste concurso aumentar a faturação, mas isso depende do comportamento de todos. Ao longo da execução deste concurso, estimamos atingir uma faturação de 200 mil euros, o que irá também entrar para o cálculo da tarifa. Exigimos à ERSUC, no anterior mandato, que passasse a fazer estes pagamentos, o que aconteceu. Relativamente à CDU, reconhecemos a importância do trabalho realizado pelo Eng.º Jorge Cortez na gestão dos resíduos, que é conhecido de todos e queremos louvar o seu dinamismo e pioneirismo nesta matéria. Ele é credor da nossa admiração e respeito e creio que de todos os sanjoanenses. Relativamente a intervenção política da MCP, todos já percebemos que descobriu aqui uma fileira política de comunicação. O senhor está sempre a rir, é uma coisa irritante, desculpe que lhe diga, é uma coisa inacreditável! Portanto, vê um saco de lixo ao lado de um contentor, tira uma fotografia e envia para os jornais.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

E vai ser assim! Mas nós temos que defender a imagem da Cidade e, na realidade, eu como Presidente da Câmara Municipal, tenho o dever de dizer a quem nos ouve, que S. João da Madeira não tem um grave problema de resíduos, isso não existe! Temos uma Cidade limpa, com os melhores indicadores do País em matéria de recolha de resíduos. Em 2019, fizemos uma grande reforma estrutural, já temos em cerca de 3 mil moradias com a recolha porta-a-porta, com contentores individuais. É 30% da Cidade e cerca de 2 mil pontos de recolha de bio-resíduos. A Associação Zero escolheu S. João da Madeira para fazer um Congresso porque batemos os indicadores todos de separação a nível nacional. Estamos a instalar novos equipamentos e as pessoas têm dificuldade em adaptar-se a eles, mas temos uma fiscalização muito ativa. Por exemplo, em 25 julho deste ano, na rua João de Deus, havia sacos colocados ao lado de contentores, a nossa fiscalização foi lá e verificou que os contentores estavam vazios. No dia a seguir, na Av<sup>a</sup> Benjamim Araújo os contentores estavam vazios mas também havia sacos no chão. Não escondemos isto e a Câmara Municipal quer que se reporte estes casos para poder agir. Seja erro dos serviços ou do operador, nós estamos atentos a estes casos. Tenho aqui muitas fotografias que reportam isso. Temos imensas ações de sensibilização, fizemos um conjunto de vídeos e colocamos sinalética. Quando identificamos algum problema, enviamos cartas às pessoas da zona a informar que os monos são recolhidos à quinta-feira. É assim há 30 anos, toda a gente sabe, mas há pessoas que colocam sofás na rua à segunda-feira, etc. Tenho aqui evidências disso! Nós vamos a essas zonas, mas algumas pessoas até ficam zangadas e dizem "não fui eu". Pedimos à oposição que nos ajude, que não mande para os jornais fotografias como aquela que foi enviada da Praceta D. Dinis, de uns contentores antigos com lixo à volta. Esses contentores já foram retirados em abril e já estão lá colocados contentores novos desde essa data! Fake news! Eu quando vi o jornal com essa foto, pensei que tinha entrado numa máquina do tempo e que tinha recuado uns meses para trás. Vamos todos colaborar e transmitir uma imagem boa Cidade. Há problemas em alguns sítios, mas digam-nos, em concreto, para nós os resolvemos. Eu quando vejo um saco no chão ao lado de um contentor, vou abrir o contentor para ver se está vazio e meto lá o saco. Eu com isto estou também a ajudar a Cidade. Há situações em que os ecopontos para o cartão estão a 50 m de distancia, mas as pessoas deixam o cartão ao lado dos contentores coletivos. Sinceramente, isto é culpa da Câmara Municipal? Estas pessoas dão uma má imagem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

da Cidade. Nós reforçamos o número dos ecopontos e, na estatística, estamos acima dos indicadores nacionais. Mas nós não podemos agir quando há pessoas que não querem abrir os ecopontos. Ainda hoje a fiscalização identificou vários casos de contentores vazios com sacos de lixo no chão. Neste mandato, já abrimos imensos processos de contraordenação, as pessoas depois pedem-nos desculpa e dizem que não vão repetir. A minha política, como decisor, tem sido de, nos casos em que não há reincidência, aplicar uma admoestação. Esperemos que isso tenha efeito a longo prazo. É isto que posso dizer sobre esta matéria. Estávamos aqui a discutir a distribuição de encargos e acabamos por discutir a questão de fundo, mas isto é a riqueza do debate.

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** – no uso da palavra, disse: -----

--- Nós preocupamo-nos e gostamos muito da Cidade e não aceitamos receber lições de moral do PS. Mas há uma coisa que ninguém duvida, ainda não houve ninguém que cuidasse e valorizasse mais a Cidade que os partidos da MCP. Parece que os senhores estão sempre muito tranquilos e que corre sempre tudo bem, mas irritam-se com muita facilidade. Ainda há pouco o senhor Presidente da Câmara Municipal irritou-se por eu me rir. Eu também me podia ter irritado porque o senhor também se riu, mas não me irritei. Também se irritou porque um dos nossos Deputados se riu. Mas reconheci aqui duas coisas: **1ª**- já demos passos importantes nesta matéria, como referi na minha intervenção; **2ª**- é verdade que em certos casos os sanjoanenses não respeitam. O senhor acusou a MCP de "fake news" e eu acho que também não lhe fica bem. Vai negar que há situações em que à segunda-feira os contentores estão cheios, que continuam cheios à terça-feira, quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira? Acha que a recolha não está a falhar? Vai negar que existiram casos assim? Isso é querer negar as evidências! -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Aponte casos concretos! -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP** – No uso da palavra, disse: -----

--- Nós já apresentamos casos destes nas reuniões da Câmara Municipal por imensas vezes. Mas há outra coisa que eu não consigo entender, o senhor Presidente da Câmara Municipal diz que nós pagamos muitas taxas, mas prometeu a implementação de um sistema que iria permitir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

amenizar o impacto dessas taxas e apresentou-se à Cidade como uma pessoa que tinha uma visão de futuro. Mas, até hoje, não foi capaz de implementar esse sistema que permite que as pessoas paguem menos e que já está implementado em muitos municípios, portanto, não há grande dificuldade e é por isso que não compreendo. -----

--- **PEDRO GUAL / MCP** – No uso da palavra e, após saudar todos os presentes, disse: -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal quer casos concretos, então peço autorização para projetar algumas imagens, para ilustrar casos concretos das nossas “fake news”. A minha intervenção é só para mostrar as imagens. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria**, com 11 votos a favor do PS; 8 abstenções da MCP; 2 votos contra, sendo: 1 do BE, 1 da CDU. -----

--- **RITA MENDES / CDU** (Declaração de Voto) – No uso da palavra, disse: -----

--- Nós votamos contra a proposta da Câmara Municipal por termos a convicção que a externalização dos serviços não é necessária para se garantir a qualidade do serviço e, ainda, porque a mesma torna o serviço mais caro para o erário público e para os munícipes. -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- O ponto seguinte é de simples apreciação, eu já despachei e aprovei as peças concursais. Estávamos a aguardar a realização desta Sessão para, depois, fazer o lançamento nos próximos dias. A bem da celeridade, eu pedia que fosse ele discutido ainda hoje. Também é do interesse da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria que o ponto **3.8** seja discutido durante o mês de setembro. -----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Ainda temos tempo para o fazer, mas houve uma solicitação da parte dos Deputados para se interromper a Sessão. Assim sendo, vamos continuar com os trabalhos. -----

**3.7- Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Assunção de compromissos plurianuais e consequente repartição de encargos – Empreitada Centro de Saúde – requalificação (eficiência energética) ”.** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- A Câmara Municipal já tem pronto o projeto, é um financiamento do PRR para resolver várias patologias, está tudo pronto para o lançamento, falta apenas aprovar esta repartição de encargos.

--- **RITA MENDES / CDU** – No uso da palavra, disse: -----

--- O Município vai receber do Poder Central a verba que vai gastar com esta obra? -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- Vai receber da União Europeia, porque é uma obra financiada no quadro do PRR. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

**3.8- Apreciação e votação da Proposta sobre "Projeto de Dissolução e Liquidação da "PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria EIM".** -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- O documento é muito claro, é um projeto para dissolver o PERM, que foi aprovado, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal. Trata-se de uma empresa intermunicipal criada em 2009. Entretanto, a sua finalidade cumpriu-se e está esgotada. No fundo, foi uma empresa que loteou terrenos em Santa Maria da Feira e que foram alienados para lotes industriais. Toda a finalidade da empresa se cumpriu. Foi criada pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria com um parceiro privado. Tendo chegado ao seu fim de vida, foi decidido por todos os municípios proceder à sua dissolução e liquidação. -----

--- **GONÇALO FERNANDES / MCP**- No uso da palavra, disse: -----

--- O que está espelhado na Ordem de Trabalhos nada diz acerca da possibilidade de apreciação. Temos que votar este ponto? -----

--- **MARIA CLARA SOARES DOS REIS DE ALMEIDA BASTOS / PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – No uso da palavra, disse: -----

--- Tem de ser apreciado e votado e isso constará na Ata desta Sessão. -----

**DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

**3.9- Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----**

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Apresenta o documento) – No uso da palavra, disse: -----

--- Como de costume, remeto para o documento. -----

--- **RITA MENDES / CDU** – No uso da palavra, disse: -----

--- Relativamente às 3 viaturas que o Município adquiriu para o Centro de Saúde, é um investimento do Município ou será ressarcido do valor? -----

--- **JORGE MANUEL RODRIGUES VULTOS SEQUEIRA / PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** (Presta esclarecimentos) – No uso da palavra, disse: -----

--- É financiamento do PRR. As despesas a cargo do Município são: instalação dos postos de carregamento elétrico para as viaturas; seguro das viaturas; formação aos enfermeiros para as conduzir; gestão logística e reparações. -----

**APRECIADA E DISCUTIDA.** -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA** -----

--- Lido o teor da minuta, foi a mesma posta a discussão. -----

--- Não se registando intervenções, foi posta a votação: **Aprovada por unanimidade.** -----

--- Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a Sessão. -----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos**, e por mim, **Maria Adelaide Alves da Silva**, que a elaborei nos termos legais. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

A TÉCNICA SUPERIOR: Maria Adelaide Alves da Silva

<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA</b>	
Sessão:	<u>Excepcional</u> nº <u>28</u> de <u>11</u> de <u>2024</u>
Deliberação:	<u>Aprovada por unanimidade dos presentes na sessão.</u>
A Mesa da Assembleia Municipal	
Presidente:	<u>Maria Clara Soares dos Reis de Almeida Bastos</u>
1º Secretário:	<u>[Assinatura]</u>
2º Secretário:	<u>[Assinatura]</u>

